

RENAN ROCHA DE HOLANDA SOUSA  
ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

**“FLORESTAMENTO” HISTÓRICO  
DO CAMPUS EIRUNEPÉ  
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS:  
VULTOSOS SUJEITOS QUE NARRAM UMA  
TRAJETÓRIA**

MANAUS/AM  
2020

RENAN ROCHA DE HOLANDA SOUSA  
ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA

**“FLORESTAMENTO” HISTÓRICO  
DO CAMPUS EIRUNEPÉ  
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS:  
VULTOSOS SUJEITOS QUE NARRAM UMA  
TRAJETÓRIA**

MANAUS/AM  
2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

S725f Sousa, Renan Rocha de Holanda.

“Florestamento” histórico do *Campus* Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: vultosos sujeitos que narram uma trajetória. / Renan Rocha de Holanda Sousa, Ana Cláudia Ribeiro de Souza. – Manaus, 2020.

76 p. : il. color.

Produto Educacional oriundo da Dissertação – *Campus* Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica. (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2020.

ISBN 978-65-88247-01-3

1. Educação profissional. 2. Investigação narrativa. 3. História – Educação profissional e tecnológica. 4. História – Campus Eirunepé. I. Souza, Ana Cláudia Ribeiro de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013

---

Elaborada por Márcia Auzier CRB 11/597

# SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O “SEMEAR”.....	4
CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: “METAMORFOSES” DE UMA TRAJETÓRIA SECULAR .....	8
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO AMAZONAS: “PROLIFERAÇÃO” NOS CONTEXTOS DO ESTADO .....	18
CAPÍTULO III – NO ESTADO DO AMAZONAS, O MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DO “SOLO SEMEADO” .....	22
CAPÍTULO IV – O CAMPUS EIRUNEPÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS: DO “PLANTIO” Á “COLHEITA”.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A “FLORESTA VIVA” .....	57
REFERÊNCIAS .....	59
ANEXO I – AUTORIA .....	72
ANEXO II – VULTOSOS SUJEITOS QUE NARRARAM A TRAJETÓRIA DO CAMPUS EIRUNEPÉ DO IFAM .....	73



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O “SEMEAR”

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O “SEMEAR”

Este *Electronic Book* (ebook), ou livro eletrônico, é o produto educacional oriundo da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a qual resultou na dissertação de mestrado intitulada “*Campus* Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica”, onde foi realizada a investigação narrativa de sujeitos participantes que relataram acerca da trajetória histórica do *Campus* Eirunepé do IFAM.

Nosso objetivo é materializar a trajetória desta instituição. Para tanto, percorremos a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) até o processo de expansão da atual Rede Federal dessa modalidade, abordando, ainda, características histórico-sociais do município de Eirunepé/AM, onde está inserido o local da pesquisa.

Cabe destacarmos que o conceito de narrativa histórica, de acordo com Rusen (2016), se configura como um processo de atribuir sentido à experiência do tempo, tornando compreensível a experiência do tempo presente e possível a do tempo futuro. Assim, o autor reforça que nesse processo de atividade criativa da mente humana no processo de pensamento e reconhecimento histórico, a narração torna-se um modo de execução, tendo como produto uma história. Portanto, podemos compreender que as narrativas realizam um processo de construção histórica através da atividade da mente humana em relação com o objeto.

Por conseguinte, Pollak (1992) ressalta que a memória é um fenômeno construído, sendo que em nível individual pode ocorrer de maneira consciente ou inconsciente, e sua seletividade configura um trabalho de organização. De tal modo, como explica o autor, a memória herdada proporciona uma ligação fenomenológica entre memória e sentimento de identidade. Logo, a memória é seletiva, possui uma dimensão simbólica e promove significados pessoais e coletivos, proporcionando uma representação do passado mediante um determinado ponto de vista, o qual está inserido em uma perspectiva subjetiva.

Terra et al. (2009) abordam a fenomenologia-hermenêutica e explicam que esta é centrada nos aspectos subjetivos da análise, de um olhar aberto, flexível e particular presente na intersubjetividade dos sujeitos, o que possibilita compreender a realidade como uma rede de significados. Ou seja, tal abordagem é pautada na linguagem, na dimensão do ser humano em sua totalidade, preocupando-se com a dialética das relações, do não dito, e da subjetividade reflexiva.

De acordo com Montenegro (1992), o trabalho com história oral deve considerar a relação do entrevistado com o passado, visto que este sujeito vive em um outro presente, o qual produz uma imagem social e pública diferente. Assim, o que se produz é uma representação dissociada do vivido, do sentido. Em contrapartida a estes perigos, como frisa o autor, encontra-se a figura do narrador, o qual possui a capacidade de relatar ou descrever acontecimentos, situações e fatos, seus e dos outros, de maneira precisa.

Sharpe (1992) discute a “história vista de baixo” como possibilidade historiográfica de acesso ao passado, ou seja, a História contada pelas classes menos favorecidas social, econômica e politicamente das sociedades. De tal modo, o autor afirma que os historiadores, ao buscarem novas perspectivas do passado, tomaram consciência da importância do ponto de vista das pessoas “comuns”, pertencentes às classes populares.

Giordani e Rambo (2013) trazem uma definição de sujeito histórico, partindo da definição do homem como um ser histórico, multi-relacional e comunicativo. Desse modo, mais do que sua condição humana pressupõe, as autoras apontam o sujeito histórico como aquele que é protagonista do seu pensar e das suas ações mediante o contexto social em que se insere, ou seja, um ser que atua de maneira consciente para promover essa própria condição humana, um sujeito que não está apenas inserido no espaço em que vive, mas que é, historicamente, construtor deste.

Segundo Gil (2017), “A seleção dos participantes de uma pesquisa fenomenológica não requer a utilização do processo de amostragem probabilística nem mesmo um número elevado de informantes.” (GIL, 2017, p. 138), pois, conforme explica o autor, o importante é dispor de participantes que sejam capazes de descrever a experiência vivida.

Logo, destacamos que a seleção dos sujeitos históricos envolveu algumas razões, como diferentes períodos de ingresso na instituição, diferentes nichos de atuação profissional e aceitação para participar de nossa pesquisa. Os entrevistados foram essenciais para vislumbrarmos uma metáfora, o “florestamento”, pois compreendemos, a partir deles, o surgimento, as transformações, e as perspectivas futuras da instituição investigada. Por isso, optamos pelos codinomes: “Semente”, “Borboleta”, “Metamorfose” e “Árvore”. Do “plantio” á “colheita” através de um processo de transformação que fixou raízes.

Apresentando os sujeitos históricos, “Semente” é Técnico em Assuntos Educacionais e recebe essa alcunha por ter sido o primeiro servidor a tomar posse na instituição, contribuindo para que esta fosse “germinada” e que nela permanece até os dias atuais, ou seja, vivenciando todas as transformações ocorridas. “Borboleta” é Técnica de Tecnologia da Informação, mas é assim denominada por ter atuado em outras frentes, como professora, gestora e até mesmo

como aluna, contribuindo para a “proliferação” da instituição. “Metamorfose” é Administrador e foi diretor geral, sendo o único que não mais está presente no dia a dia da instituição, mas que coordenou diversas transformações na mesma, tanto em relação à estrutura de pessoal, estrutura física, estrutura educacional e estrutura organizacional, por isso a escolha de tal epíteto. “Árvore”, além de ser professor, também possui atuação na gestão da instituição, primeiramente chefiando a tríade ensino, pesquisa e extensão, posteriormente a Direção Geral, sendo um “fruto” dos resultados do “florestamento” da instituição e, agora, responsável por coordenar a manutenção e fortalecimento desse “ecossistema” institucional.

Freitas (2002) propõe a abordagem sócio-histórica para trabalhar com a pesquisa qualitativa em ciências humanas, a qual tem como aporte o materialismo histórico-dialético, tão logo, uma metodologia dialética. Assim, a autora defende que tal perspectiva visa superar reducionismos científicos, encontrando uma metodologia que defende o indivíduo como ser social participante do processo histórico.

Alves (2016) destaca que a entrevista se apresenta como método de coleta de dados pertinente para o trabalho com história oral e que devemos utilizar outros documentos escritos para realizar o diálogo com as narrativas.

Buscamos, nas entrevistas, coletar dados acerca da implantação, estruturação e transformações do quadro de pessoal, estrutura física, estrutura organizacional e de cursos ofertados pela instituição, os significados da atuação dela na educação local, bem como os significados encontrados na relação dos sujeitos entrevistados com sua prática profissional. Objetivamos, também, compreender qual a perspectiva de futuro que os sujeitos desta pesquisa têm para a instituição. Antes, durante e depois das entrevistas, realizamos a busca documental e bibliográfica que discutem acerca dos temas que circundam esta pesquisa, bem como dos elementos que emergem das narrativas analisadas, fonte central dessa investigação.

Rabelo (2011) pontua que para que se realize a análise dos relatos as entrevistas devem ser transcritas. Assim, a autora ressalta que podemos utilizar trechos das entrevistas coletadas, sem que haja manipulação da voz dos participantes, visando ilustrar a apreensão do narrado. Reforça, também, que o conhecimento narrativo não deve ser reduzido a um conjunto de categorias que anulem sua singularidade, mas que devemos compreendê-lo através do seu contexto, sem ignorar as questões particulares que emergem no seu processo de construção. Assim, o investigador deve configurar os elementos em um enredo unificado e significativo.

Partimos agora para uma viagem no tempo. Prepare-se, caro(a) leitor(a), pois iremos percorrer séculos até chegar aos dias atuais, perpassando pelo referencial teórico e pelos elementos que emergiram da investigação narrativa. O “florestamento” histórico vai começar.



# CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: “METAMORFOSES” DE UMA TRAJETÓRIA SECULAR

## 1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: “METAMORFOSES” DE UMA TRAJETÓRIA SECULAR

Apresentamos, neste capítulo, um recorte acerca da trajetória histórica da Educação Profissional (EP) no Brasil, desde os primeiros indícios dessa modalidade educacional até a implantação da atual Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPECT). Levaremos em consideração alguns teóricos que elencam marcos temporais e legais mediante os diferentes contextos político-sociais que perpassam a história do país, apontando rupturas, continuidades, transformações e conflitos que envolvem essa trajetória.

Xavier e Fernandes (2019) apontam que, no Brasil, a relação entre Educação Básica (EB) e Profissional está marcada historicamente pela dualidade, ou seja, enquanto a EB preconiza um ensino propedêutico, voltado para a inserção no ensino superior e nos postos mais altos da elite nacional, a EP se volta para atender as classes trabalhadoras, formando mão de obra para as demandas imediatas do mercado de trabalho.

Moreira, Carmo e Souza (2017) destacam que existem trajetórias históricas diferentes no que tange à EP Industrial e EP Agrícola, denominando essas diferenças como “dualidade interna” e reforçando que houve prevalência do segmento industrial em detrimento do segmento agropecuário.

Em relação às origens da EP no Brasil, Ramos (2014) destaca que não há registros de uma ação sistematizada até o século XIX. Com isso, a autora aborda que a criação dos Colégios das Fábricas, em 1809, bem como a criação de várias instituições voltadas para a iniciação em ofícios e destinadas aos desvalidos, durante o século, caracterizam-se como os primórdios deste segmento educacional no país.

De tal modo, a EP foi fundada, como afirma Ramos (2014), em uma perspectiva assistencialista, ou seja, que amparasse àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias para que os mesmos se adequassem ao contexto social no qual estavam inseridos.

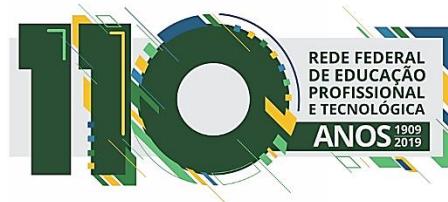
Entretanto, Andrade (2015) defende que, no Brasil, os embriões da organização do ensino profissional foram as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 pelo Decreto-lei de número (nº.) 7.566, em um contexto posterior à criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Decreto-lei nº. 1.606 de 1906, no qual continha questões relativas a esta modalidade. Tais instituições passariam a ofertá-la de maneira gratuita em vários Estados brasileiros.

Santos e Morila (2018) também reforçam que o advento das Escolas de Aprendizes Artífices, enquanto política pública, configura o marco principal na trajetória da EPT do Brasil contemporâneo.

Ramos (2014) concorda com a importância das Escolas de Aprendizes Artífices para o redirecionamento da EP no Brasil, de modo que estas refletiam um esforço público de organização do ensino profissional para a preparação de operários para o exercício profissional, superando a preocupação assistencialista prioritária, ampliando seu campo de atuação para atender as necessidades dos empreendimentos da agricultura e da indústria, como pontua a autora.

Abrimos um parêntese para pontuar que a trajetória da EP no Brasil, portanto, completou 110 anos de existência em 2019, com diversas transformações, rupturas, continuidades, projetos em disputa e relevância social, sobretudo para a classe trabalhadora. Trajetória histórica na qual nosso local de pesquisa, o *Campus Eirunepé* do IFAM, é parte integrante, como veremos posteriormente.

**Figura 1** – Selo dos 110 anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



**Fonte:** Site do IFAM, 2019.

Moreira, Carmo e Souza (2017) enfatizam que o Decreto de 1909 representou a instituição legal da dualidade interna, pois o mesmo se atrelou aos interesses econômicos vigentes e não considerou o ramo da EP Agrícola, que seria instituído apenas em 1910, pelo Ministério da Agricultura, através do Decreto nº. 8.319, que criou os Aprendizados Agrícolas e regularizou o ensino agrícola.

Posteriormente, Xavier e Fernandes (2019) abordam que no decorrer da década de 1930 foram realizadas ações políticas e econômicas que incidiram sobre a educação nacional, tais como:

[...] a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930); a criação do Conselho Nacional de Educação (1931); a assinatura de Decretos que regulamentaram a organização do ensino secundário, do ensino comercial e da profissão de contador; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (que se dizia assumir a perspectiva de uma escola democrática que proporcionasse oportunidade para todos); a promulgação da Constituição Federal de 1934, que passou a vincular recursos para a educação e a Constituição de 1937, que acabou com essa vinculação. (XAVIER E FERNANDES, 2019, p. 104)

Logo, segundo as autoras, neste período estava em curso o processo de industrialização no Brasil, fortalecendo a burguesia industrial que passou a exigir um posicionamento das classes dirigentes acerca da educação nacional. Apontam ainda que nas

décadas de 1930 e 1940 tem-se o período de institucionalização da EP no país, pautada na pedagogia tecnicista, ou seja, de base pragmática, com hierarquização das funções técnicas, métodos de ensino programados e disciplinas com temas fragmentados.

Santos e Morila (2018) destacam que no âmbito da criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, foi criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, onde as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser subordinadas. A essa rede de ensino profissional, como frisam os autores, foram incorporados os antigos Liceus de Artes e Ofícios.

De acordo com Ramos (2014), a Constituição de 1934 compromete-se com o ensino secundário, entretanto, o caráter do seu currículo manteve o elitismo desse ensino, enquanto a EP foi ignorada, oficializando o dualismo educacional. Somente na Constituição de 1937, como explica a autora, houve uma organização sistematizada do ensino industrial.

Segundo Xavier e Fernandes (2019), observa-se, nesse período, uma disputa político-econômica entre os setores públicos e privados pela responsabilidade do ensino profissional. Observa-se, também, mudanças ocorridas na identidade das instituições desse segmento, como a transformação, em 1937, das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, os quais passariam a ser identificados como Escolas Industriais e Técnicas em 1972.

Conforme Moreira, Carmo e Souza (2017), tal nomenclatura das escolas de EP refletiu a preponderância do segmento Industrial sob o segmento Agrícola, o qual ficou alheio aos avanços desse período.

Por conseguinte, como explicam Santos e Morila (2018), a ampliação do ensino técnico no Brasil ocorreu, de fato, na década de 1940 por meio de uma série de Leis Orgânicas que visavam a formação e aprimoramento da mão de obra para a indústria e o comércio. Segundo os autores, o Decreto-lei nº. 4.073 foi aprovado em 1942 e dispôs acerca da Lei Orgânica do Ensino Industrial, assim como da instauração da Rede Federal de Ensino Técnico. No mesmo ano, como reforçam, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário através do Decreto-lei nº. 4.422.

Andrade (2015) ressalta que o conjunto de Decretos-Lei aprovados em 1942, que ficou conhecido como reforma Capanema, trazia as diretrizes do ensino industrial para todo o país e padronizava o ensino de ofícios. Também é destacado pela autora que:

[...] a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em 1942, do Serviço Nacional do Comércio – SENAC, em 1946, e dos demais “S” ao longo das décadas seguintes, revelam a opção governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar “mão-de-obra” para o mundo produtivo. (ANDRADE, 2015, p. 91)

Nesta perspectiva, como reforça a autora, o ensino secundário e o normal formariam as elites do país, enquanto o ensino profissional formaria os filhos de operários para as artes e

ofícios, adequando-os à sociedade pelo interesse da estrutura socioeconômica vigente, ratificando o caráter dualista da educação.

Diante disso, Moreira, Carmo e Souza (2017) reforçam que a dualidade interna também se mantém pelo fato das referidas reformas educacionais não contemplarem o ensino agrícola, o qual iria ser regulamentado somente em 1946, com a instituição da Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Tais reformas, como aponta Ramos (2014), sob amparo da Constituição de 1937, fortaleceram o ensino privado, bem como acentuaram a divisão das estruturas educacionais entre ensino propedêutico, o qual permaneceu como meio de acesso ao ensino superior, e ensino profissional, o qual se manteve restrito ao âmbito produtivo e ocupacional.

Desse modo, Santos e Morila (2018) afirmam que a EPT, mesmo diante das sucessivas reformulações, “[...] permaneceu alinhada às emergentes solicitações fabris, sócio econômicas e políticas do país; especialmente à seletividade do seu público-alvo.” (SANTOS E MORILA, 2018, p. 128), referindo-se à profissionalização da massa operária.

Na década de 1950, como explicam Santos e Morila (2018), a estrutura educacional brasileira esteve sob pressão desenvolvimentista visando a alavancagem econômica, estando sujeita a contundentes transformações políticas e sociais. Logo, os autores reforçam que a escolarização e a capacitação profissional do trabalhador relegaram sua formação humana a um plano acessório, não relacionado com a aquisição do conhecimento científico.

De acordo com Ramos (2014), a Constituição de 1946 determinou a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Projetos entraram em disputa no Congresso a partir de 1948, havendo uma mudança no texto em 1958, sendo diversas vezes analisado pela Comissão de Educação e Cultura, como reforça a autora. Explica, ainda, que isso refletiu o conflito de interesses entre escola pública e escola particular.

Ramos (2014) destaca que a Lei nº. 4.024, aprovada em 1961, representou a sanção da primeira LDB, a qual buscou atender os interesses conflitantes. Tal aprovação significou ponto importante para a EP, como explica a autora, pois previu a equivalência entre esse segmento e o ensino médio, atribuindo um caráter mais homogêneo e universal ao ensino técnico. Desse modo, o concluinte de um curso técnico poderia se candidatar a um curso de nível superior.

Entretanto, como frisam Xavier e Fernandes (2019), os currículos dessa LDB mantinham a dualidade educacional, pois o ensino elitista voltado para a continuidade dos estudos permaneceu privilegiando os conteúdos exigidos nos processos seletivos para

ingresso no nível superior, enquanto os cursos profissionalizantes voltavam-se para as necessidades imediatas do mundo do trabalho.

Retornando um pouco, antes da aprovação da LDB em 1961, Ramos (2014) aponta que o quadro de industrialização do referido período exigiu maior qualificação de mão de obra, de modo que a autora destaca duas legislações que revelam o crescimento da dimensão dada ao ensino técnico industrial, como a Lei nº. 3.552, de 1959, a qual estabelece uma nova organização escolar e administrativa para estabelecimentos do ensino industrial, e o Decreto nº. 47.038, do mesmo ano, que definiu a Rede Federal de Ensino Técnico.

Acerca desse período, Xavier e Fernandes (2019) abordam a organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, bem como destacam que as Escolas Industriais e Técnicas, instituição oriunda das Escolas de Aprendizes Artífices, passariam a compor esse Rede após sua transformação em Escolas Técnicas Federais (ETFs).

A partir dessa transformação, como explica Andrade (2015), as ETFs passam a gozar de autonomia didática e de gestão, intensificando a formação de técnicos para atuarem no acelerado processo de industrialização do período, o qual marcou o aprofundamento da relação entre Estado e economia.

As instituições de ensino agrícola, novamente, seriam ignoradas no desenvolvimento da nova Rede Federal de EP, como abordam Moreira, Carmo e Souza (2017). Somente em 1967 o ensino agrícola seria transferido do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, quase quatro décadas após as escolas profissionais industriais. Desse modo, como complementam os autores, enquanto a formação industrial foi requerida a partir da década de 1930, a formação agrícola teve ascendência nas décadas de 1950 e 1960.

Na década de 1970 houve diversos marcos para a trajetória da EP Agrotécnica, tanto legais, curriculares, institucionais e físicos, conforme apontam Moreira, Carmo e Souza (2017). Entre essas mudanças, os autores destacam que, em 1979, as escolas profissionais agrícolas passam a ser denominadas Escolas Agrotécnicas Federais. Entretanto, pontuam que apenas em 1993 esse segmento ganharia autonomia didática e de gestão, ou seja, mais de três décadas depois da Rede de ensino industrial, aproximando os caminhos entre estes diferentes ramos profissionais de educação.

Como expõem Santos e Morila (2018), a LDB promulgada em 1961 teve sua primeira reformulação através da Lei nº. 5.692 de 1971, durante o governo militar. A referida Lei reformou o ensino de 1º (primeiro) e 2º (segundo) graus objetivando implantar a obrigatoriedade do ensino profissionalizante de nível médio. Os autores destacam, também,

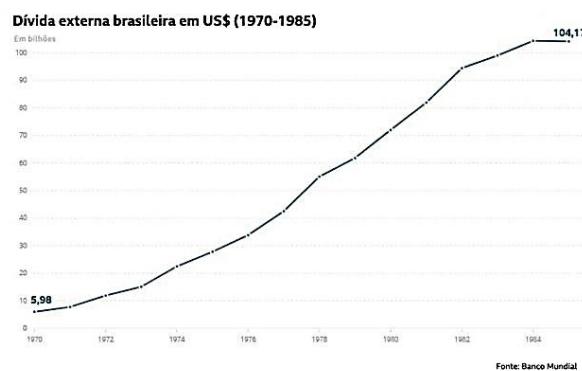
que tal mudança estava alinhada à nova identidade do Ministério da Educação e Cultura, pautada em um caráter explicitamente tecnicista.

Ramos (2014) aponta que as ETFs ocuparam lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial no Brasil, de modo que algumas delas foram transformadas, em 1971, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Assim, como explica a autora, podemos observar que:

[...] na década de 70 as reformas educacionais fizeram parte do mito da economia planificada. Os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento espalham a determinação dos governos da ditadura militar em implementar o desenvolvimento acelerado, com influência da crescente máquina estatal. (RAMOS, 2014, p. 31)

De tal modo, como reforça a autora, o país se endividava para crescer.

**Figura 2** – Gráfico da dívida externa brasileira durante a ditadura militar



**Fonte:** Banco Mundial *apud* site da BBC News/Brasil, 2018.

Entretanto, a profissionalização obrigatoria não condizia com o projeto de ascensão social da classe média, como afirma Ramos (2014), reforçando que em 1982 houve a extinção de tal obrigatoriedade por meio da aprovação da Lei nº. 7.044.

Assim, segundo Andrade (2015), a EP passa de uma visão mais específica para a aquisição de objetivos amplos, tais como: promover a continuidade do ensino técnico de 2º (segundo) grau para o ensino superior; acentuar a formação especializada; atuar exclusivamente na área tecnológica; formar professores para as disciplinas do ensino técnico; realizar pesquisas aplicadas e prestação de serviços; e oferecer cursos de licenciaturas para áreas específicas do ensino técnico e tecnológico.

Adiante, Xavier e Fernandes (2019) apontam que no período de redemocratização do Brasil, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, surgem novas perspectivas para o mundo do trabalho e para a formação básica, tanto pelo advento da Constituição Federal de 1988, quanto pela aprovação da nova LDB através da Lei nº. 9.394, de 1996.

De acordo com Ramos (2014), o debate teórico travado pela comunidade educacional, especialmente dentre aqueles que investigavam a relação entre Trabalho e Educação, “[...]

afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo.” (RAMOS, 2014, p. 38), ou seja, a defesa por um ensino médio que recuperasse a relação entre conhecimento e a prática de trabalho, superando o tecnicismo e formando politécnicos.

Portanto, como explica a autora, com o ideário da Politecnia buscava-se romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, bem como promover formação humana integral que integrasse ciência, cultura, humanismo e tecnologia. Porém, Ramos (2014) destaca que o debate acerca desse projeto de educação nacional foi atravessado por um projeto que fragmentou o conhecimento em compartimentos pedagógicos e banalizou a formação profissional.

Segundo Ramos (2014), no final dos anos 1980 foram concentrados esforços na Secretaria de Educação Média e Tecnológica para a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, bem como para a transformação das ETFs em CEFETs, que iria se efetivar apenas em 1994 através da Lei nº. 8.949.

Andrade (2015) aponta que a LDB de 1996 dispõe sobre a regulamentação da EP em capítulo separado da Educação Básica. Logo, sua regulamentação ocorreu em 1997 através do Decreto nº. 2.208, onde foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

De acordo com Xavier e Fernandes (2019), essa regulamentação evidenciou o compromisso do governo com uma formação tecnicista voltada para a inserção imediata no mercado de trabalho, pois esta promoveu a separação entre ensino médio e EP.

Ramos (2014) explica que a diretriz político-pedagógica desse projeto foi a Pedagogia da Competências, que possui como princípio a adaptabilidade individual dos sujeitos às mudanças socioeconômicas do capitalismo. Assim, o sujeito deve estar preparado para as instabilidades da produção, incluindo o desemprego, o subemprego e o trabalho autônomo, como reforça a autora.

Santos e Morila (2018) destacam que em 1999 a ETF do Espírito Santo foi transformada em CEFET do Espírito Santo, ressaltando esse marco pelo fato da nova instituição passar a promover, a partir de então, ensino de nível superior, além do ensino médio e ensino técnico. Entretanto, apesar de se mostrar uma promissora instituição, os autores reforçam que ainda havia questões passíveis de superação.

Nesse período, as universidades públicas e outras instituições federais de EPT sofreram um “[...] sistêmico desmantelamento tendo, consequentemente, seu funcionamento

quase inviabilizado." (SANTOS E MORILA, 2019, p. 139), com isso, os autores destacam ainda a sanção da Lei Federal nº. 9.649, de 1998, que bloqueou a ampliação de novas ETFs.

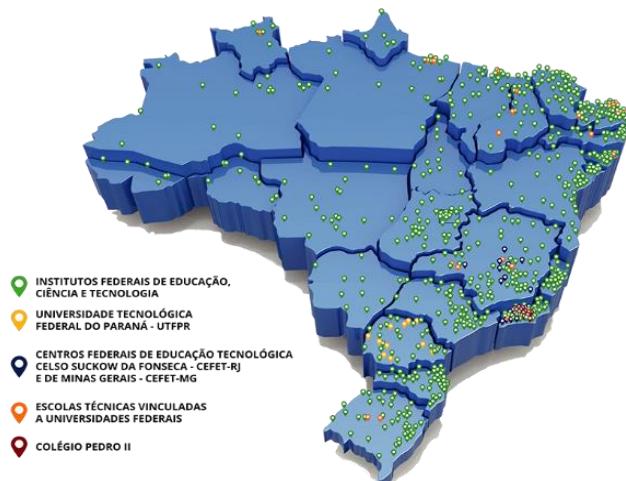
A partir de 2003, segundo Xavier e Fernandes (2019), os setores educacionais da EP mobilizaram discussões para revogar o Decreto regulatório. Estava em curso o resgate tanto da discussão acerca de uma educação politécnica quanto da possibilidade de integração entre ensino médio e EPT. Tal possibilidade foi resgatada pelo Decreto nº. 5.154, de 2004, que revogou o então Decreto regulatório, como enfatizam as autoras.

Xavier e Fernandes (2019) destacam, também, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) como parte da política de integração que estaria em curso, sendo tal programa criado em 2005 pelo Decreto nº. 5.478 e ampliado em 2006 pelo Decreto nº. 5.840. As autoras destacam, ainda, a inclusão da forma integrada da EP com o ensino médio na LDB por meio da Lei nº. 11.741, de 2008.

Entretanto, o ponto principal desse período, como destacam Santos e Morila (2018), foi a criação da RFEPCT instituída pela Lei nº. 11.892, sancionada em 2008, a qual promoveu a transformação de vários CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas a universidade em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Ramos (2014) aponta que a criação da Rede Federal promoveu a expansão da EPT no país, assim como possibilitou a ampliação das funções das instituições a ela pertencentes, que passaram a ser "[...] de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. [...]" (RAMOS, 2014, p. 79), integrando a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico com suas práticas pedagógicas, como frisa a autora.

**Figura 3** – Mapa de 2019 das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



**Fonte** – Site do Ministério da Educação.

Andrade (2015) reforça que a missão dos IFs é promover uma educação de excelência tendo como alicerce o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica, objetivando formar um cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país.

Diante disso, Xavier e Fernandes (2019) explicam que os IFs foram criados visando alavancar o desenvolvimento local e regional para promoção de melhorias na vida da população, inclusive de regiões longínquas, mas que nem sempre a expansão e interiorização dos IFs foi subsidiada de recursos humanos e infraestrutura suficientes. Contudo, como afirmam as autoras, a expansão deve ser considerada positiva, pois a mesma promoveu a inclusão de milhares de alunos com baixas perspectivas educacionais e proporcionou mudanças no nível social, econômico, político e cultural das cidades em que passaram a atuar.

Xavier e Fernandes (2019) afirmam que:

A oferta de cursos integrados pelos Institutos Federais sugere o rompimento com o dualismo da educação brasileira. A integração significa incorporar à formação geral, a preparação para o trabalho, compreendido nos sentidos ontológico e histórico, que não implica apenas numa formação para atender às necessidades do mercado capitalista, mas que permita aos educandos compreenderem o mundo do trabalho para dele participarem qualitativamente. (XAVIER e FERNADES, 2019, p. 108)

Desse modo, as autoras destacam que a integração do ensino médio com a EPT deve ter como princípios orientadores:

[...] a formação humana integral/omnilateral; o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis da formação humana; a adoção do trabalho como princípio educativo nas dimensões ontológica e histórica; a pesquisa como princípio pedagógico; e a relação parte-totalidade na proposta curricular. (XAVIER e FERNADES, 2019, p. 109)

Tão logo, as autoras defendem a EPT integrada ao ensino médio como possibilidade de formação que contemple aos educandos a conclusão desta etapa educacional, o acesso ao mundo do trabalho e ao ensino superior, assim como a compreensão das realidades social, econômica, política e cultural que os cercam.

Diante disso, compreendemos a importância de traçar os percursos da EPT no Brasil e as premissas que demandaram sua fundação e suas transformações. Tal segmento revela-se fundamental no desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país, bem como possibilita, atualmente, a superação tanto da dualidade educacional quanto da dualidade interna aqui mencionadas.

Desse modo, reiteramos que essa trajetória histórica nos leva ao encontro do IFAM/Campus Eirunepé, contudo, cabe apresentarmos, em seguida, a relação da EPT com o Estado do Amazonas (AM), onde se situa o município que sedia a instituição.

# CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO AMAZONAS: “PROLIFERAÇÃO” NO CONTEXTO DO ESTADO



## 2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO AMAZONAS: “PROLIFERAÇÃO” NO CONTEXTO DO ESTADO

Este capítulo objetiva apresentar a trajetória da EP no Estado do Amazonas, desde seu contexto inicial, até a integração, expansão e interiorização das instituições que passaram a compor a atual RFEPECT. Poderemos perceber que a história da EPT no Estado do Amazonas, tanto industrial quanto agrícola, acompanham alguns marcos da trajetória nacional que apresentamos no capítulo anterior.

Desse modo, como aponta Barros (2014), a Escola de Aprendizes Artífices foi criada na cidade de Manaus, capital do Estado, em 1910, com o objetivo de profissionalizar jovens em ofícios, como: alfaiataria, sapataria, marcenaria, tipografia e desenho.

Andrade (2015) ressalta que, nesse contexto, o Amazonas vivia o declínio do denominado período áureo da borracha, o qual ocorreu de maneira efêmera, refletindo uma condição econômica crítica na segunda década do século XX, aumentando a taxa de pessoas em situação de vulnerabilidade social, público-alvo da Escola de Aprendizes Artífices.

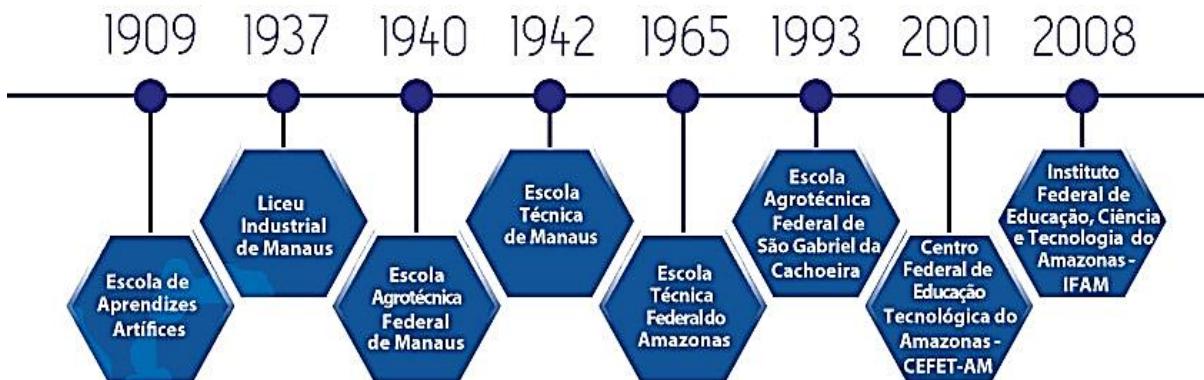
Adiante, Barros (2014) destaca que a Escola de Aprendizes Artífices de Manaus passou por diversas transformações, a saber: em 1937 passou a ser denominada Liceu Industrial de Manaus; em 1942, recebeu outra nomenclatura, Escola Técnica de Manaus; em 1952 foi transformada na ETF de Manaus; em 1987, com o projeto de expansão das ETFs, as unidades subordinadas que seriam criadas no interior dos Estados brasileiros foram denominadas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), entretanto, a UNED do Amazonas foi implantada na capital, Manaus, em seu Polo Industrial; em 2001 as ETFs do Amazonas foram transformadas em CEFETs; em 2006, a recém-criada UNED do município de Coari foi incorporada ao CEFET do Amazonas.

Em relação ao ensino agrícola no Amazonas, Carlucci (2016) afirma que, em 1940, ocorre a transferência do Aprendizado Agrícola de Rio Branco, capital do Estado do Acre, para o município de Manaus/AM. Posteriormente, o Aprendizado Agrícola de Rio Branco sofre algumas transformações, tais como: em 1964, passa a ser denominado Ginásio Agrícola do Amazonas; em 1972, é elevado à categoria de Colégio e passa a ser denominado Colégio Agrícola do Amazonas; sendo nomeado, em 1979, como Escola Agrotécnica Federal de Manaus; conforme explica a autora. É destacado, também, o ato de criação, em 1993, da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.

Por conseguinte, em 2008, com a criação da atual Rede Federal, houve a integração entre os CEFETs do Amazonas, os quais passaram a se chamar: *Campus Manaus Centro (CEFET)*, *Campus Manaus Distrito Industrial (UNED/Manaus)* e *Campus Coari*.

(UNED/Coari); e as Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, renomeadas como: *Campus* Manaus Zona Leste e *Campus* São Gabriel da Cachoeira. Estes cinco *campi* representaram a fase inicial do IFAM, conforme destaca Barros (2014).

**Figura 4** – Linha do tempo das instituições de Educação Profissional no Amazonas



Fonte – Mello, 2009 *apud* site do IFAM.

Logo, de acordo com Souza e Costa e Silva (2016), o IFAM é fruto do Plano de Expansão da Rede Federal de EPT iniciado em 2005 e dividido em três fases. Na primeira fase, compreendida de 2005 a 2007, foi anunciada a construção de 64 novas escolas de EPT em Estados desprovidos destas instituições, preferencialmente em periferias e municípios interioranos. A segunda fase compreendeu o período de 2007 a 2010, na qual estava prevista a instalação de 150 novas unidades de ensino. A fase III ocorreu entre 2011 e 2014, objetivando a distribuição da Rede para as 558 microrregiões brasileiras. Porém, ressalta-se que essa expansão perdurou até 2016, totalizando mais de 600 unidades, espalhadas em todos os Estados do Brasil, conforme registram os autores.

Souza e Costa e Silva (2016) abordam, também, a questão da interiorização dos Institutos Federais, destacando que 85% dos *campi* estão fora das capitais, dos quais 176 estão em municípios com menos de 50 mil habitantes e 45 em municípios com menos de 20 mil habitantes. Desse modo, a expansão e interiorização da Rede Federal de EPT foi pautada em critérios que envolveram formação de mão de obra para o mercado de trabalho e redução de desigualdades regionais e sub-regionais, como enfatizam os autores.

Diante disso, Souza e Costa e Silva (2016) elencam algumas limitações nesse processo de expansão, tais como: evasão nos cursos, dificuldades para estabelecimento de parcerias com os setores produtivos e empresariais locais, programas de extensão em ritmo desigual às atividades de pesquisa, incipientes iniciativas de empreendedorismo e de acompanhamento da empregabilidade de alunos egressos, déficit de servidores, tanto professores quanto técnicos-administrativos, e carências estruturais. Entretanto, os autores reforçam que:

[...] essas vulnerabilidades não diminuem o mérito da política de expansão dos IFs no que tange à democratização do acesso à EP e ao ensino superior, se considerarmos o avanço social que isso representa para cidades do interior de Brasil, cuja população tinha dificuldades de acesso a cursos de formação profissional e/ou superior de qualidade e público. (SOUZA e COSTA E SILVA, 2016, p. 23)

Diante disso, os autores frisam a importância do processo de distribuição dessas instituições para municípios interioranos e periferias das capitais, mesmo diante das deficiências provenientes da expansão e interiorização dessa Rede.

Logo, nesse contexto foram criadas novas unidades no Amazonas que passaram a compor o IFAM, como aborda Leite (2013). Segundo a autora, os *campi* da fase II foram implantados nos municípios de Maués, Parintins, Tabatinga, Presidente Figueiredo e Lábrea, enquanto os *campi* da fase III contemplam os municípios de Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara e Tefé.

Além desses, enfatizamos que os *campi* Avançados de Iranduba (anteriormente Centro de Referência) e Manacapuru já se encontram em funcionamento, de acordo com notícia publicada no site do IFAM (2019), e que o *Campus* Boca do Acre ainda não iniciou suas atividades, mas está legalmente autorizado pelo Ministério da Educação (MEC), conforme verificamos na Portaria nº. 1.431, publicada em 28 de dezembro de 2018 no Diário Oficial da União (DOU). Desse modo, atualmente o IFAM conta com 16 unidades em funcionamento, atendendo diversos municípios amazonenses.

**Figura 5** – Mapa de 2018 dos *campi* do IFAM



**Fonte** – Site do IFAM.

Com isso, verificamos um recorte da trajetória da EPT no Estado do Amazonas, o qual perpassa pelo contexto de surgimento do IFAM/*Campus* Eirunepé, que será aprofundado adiante. Entretanto, antes desse aprofundamento, consideramos relevante abordar algumas características do local que abriga a instituição, o município de Eirunepé/AM.



# CAPÍTULO III – NO ESTADO DO AMAZONAS, O MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DO “SOLO SEMEADO”

### 3. NO ESTADO DO AMAZONAS, O MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DO “SOLO SEMEADO”

Neste capítulo objetivamos apresentar a cidade de Eirunepé/AM no que tange a seus aspectos geográficos e sua história de formação, perpassando pela análise de dados sociais, econômicos, educacionais e estruturais do município, visando ilustrar o local onde está situado o IFAM/*Campus Eirunepé*.

Segundo Schor (2013), a cidade de Eirunepé está localizada no sudoeste do Estado do Amazonas, na denominada região da calha do rio Juruá, à sua margem esquerda, sendo dividida em seis bairros, a saber: Centro, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora de Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, São José e Santo Antônio. Tais nomenclaturas, segundo a autora, revelam forte influência da Igreja Católica na formatação da cidade.

**Figura 6** – Mapa da localização de Eirunepé no Estado do Amazonas



**Fonte:** Site do Google Maps.

Acerca das origens da cidade de Eirunepé/AM, verificamos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que o povoamento de seu território ocorreu nas primeiras décadas do século XIX. O Estado do Amazonas vivia o auge de sua economia à época devido a extração do látex das seringueiras para produção da borracha. Diante disso, houve uma grande migração, sobretudo de nordestinos, para a região. Durante esse movimento migratório, chegaram à denominada região do Juruá, fixaram moradia nos seringais e formaram vilas.

Cabe ressaltar que a região já era ocupada por povos indígenas da tribo Kulinaã, fator que promoveu diversos conflitos entre migrantes e nativos. Porém, além de conflitos, esse encontro promoveu uma forte miscigenação étnica e a divisão dos povos indígenas entre Kulinas e Kanamaris, conforme apontado no site do IBGE.

Primeiramente ocupada pelo seringal Eiru e com características de povoado, essa região se transformou em Vila no ano de 1892, passando a ser conhecida como São Felipe do Rio Juruá. Posteriormente, em 1931, houve sua renomeação para João Pessoa. Adiante, em 1935, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Finalmente, através do Decreto-Lei Estadual

nº. 1.186, de 1943, ocorreu a municipalização da cidade que passa a ser denominada Eirunepé, como expõe o site do IBGE.

Schor (2013) reforça que os meios de transporte aéreos e fluviais, devido à localização geográfica do município, configuram as formas de deslocamento para os longínquos grandes centros urbanos, e explica que esta distância “[...] só é medida em linha reta nas abstrações cartográficas, pois o rio Juruá, famoso por seus meandros, torna a distância física uma medida de tempo em dias.” (SCHOR, 2013, p. 74), tal condição pressupõe a ocorrência de problemas relacionados à logística.

**Figura 7** – Fotografia aérea do Rio Juruá no Estado do Amazonas



**Fonte:** autoria própria, 2018.

De tal modo, Schor (2013) aponta que a dinâmica urbana de Eirunepé/AM reflete forte relação entre a cidade, o rio e as comunidades rurais do seu entorno, como as comunidades ribeirinhas e os seringais, tornando-a um polo regional que exerce influência na rede urbana da microrregião que engloba os municípios amazonenses de Envira, Ipixuna, Jutaí e Itamarati, assim como o Estado do Acre.

Através do site do IBGE, verificamos dados sobre Eirunepé/AM que variam de 2010 a 2019 e que evidenciam questões sociais, econômicas, estruturais e educacionais de maneira quantitativa acerca do município, contribuindo para ilustrar elementos qualitativos da sociedade local, ou seja, que trazem um panorama da localidade.

Conforme verificado no censo de 2010, Eirunepé/AM possuía uma população de pouco mais de 30 mil pessoas, contudo, a estimativa do site do IBGE no ano de 2019 já apontou mais de 35 mil habitantes. Extraímos do site que apenas 4,9% dessa população ocupa empregos formais, obtendo uma renda média de um salário mínimo e meio, segundo levantamento realizado em 2017. Foi destacado, também no censo de 2010, que 51% da população está alocada em domicílios que apresentaram renda de meio salário mínimo por pessoa. Tal questão aponta para uma alta taxa de trabalhadores em condição de informalidade, bem como para a prática de subsistência através da pesca, da agropecuária e do extrativismo.

Realizando um comparativo dentro do Amazonas, considerando os 62 municípios do Estado, Eirunepé é o vigésimo mais populoso, entretanto, ocupa apenas a quadragésima quinta posição em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores formais. Essa relação demonstra a quantidade de pessoas que vivem em situação financeira precária.

O município de Bioma Amazônico registrou, segundo o censo de 2010, uma arborização de 74,6% de suas vias públicas, contrastando com apenas 1,4% de urbanização adequada destas vias, ou seja, que continham bueiros, calçada, pavimentação e meio-fio, conforme descrito no site do IBGE. Outra questão estrutural exposta apontou que apenas 11,9% de esgoto sanitário estavam em condições adequadas.

Logo, Schor (2013) reforça que a dinâmica hidrológica de Eirunepé/AM condiciona seu formato urbano, de modo que quando ocorre o período de cheia do rio Juruá e, por consequência, de outras fontes hídricas que fazem ligação com o rio, os bairros próximos tendem a ficarem alagados. Assim, como explica a autora, nessas referidas regiões o tráfego ocorre por pontes suspensas e as casas, geralmente de madeira, são construídas sob palafitas.

**Figura 8** – Ponte de madeira e casas sob palafitas em Eirunepé/AM no período da cheia do Rio Juruá



**Fonte:** autoria própria, 2019.

Consequentemente, em muitos desses casos, os banheiros são externos e as fossas rasas, de modo que quando ocorrem as enchentes, provoca o transbordamento destas, acarretando um aumento dos casos de doenças de veiculação hídrica, como ressalta Schor (2013). Tal questão reflete uma questão sanitária delicada, a qual é agravada pela ausência de saneamento básico em diversas localidades, como completa a autora.

Analisamos, também, informações disponibilizadas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) acerca dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Eirunepé/AM no ano de 2017. O IDEB, de acordo com nota técnica exposta no site do INEP, é um indicador de qualidade educacional

que combina informações de desempenho de estudantes em exames padronizados com informações sobre aprovações escolares no final das etapas do ensino fundamental, anos iniciais e finais, e ensino médio.

Logo, conforme os dados encontrados no site do INEP, o resultado do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de Eirunepé/AM, municipal e estadual, foi de 4,5 em 2017, superando a meta de 4,0 prevista para o município. Contudo, se compararmos com as notas de 2015 (4,9) e 2013 (5,0), podemos notar um declínio dos indicadores de desenvolvimento desta etapa. Já em relação aos anos finais do ensino fundamental, também de escolas públicas municipais e estaduais, a situação se agrava pelo fato do IDEB obtido, de 3,9 em 2017, estar abaixo da meta prevista de 4,0. Finalmente, em relação ao ensino médio, encontramos os seguintes resultados: 3,1 da escola pública estadual; 4,1 da escola pública federal; não foram previstas metas para o ano de 2017; a escola pública federal é o IFAM/*Campus* Eirunepé.

De tal modo, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,563, que extraímos do censo de 2010 disponibilizado no site do IBGE, apresenta-se como reflexo das carências sanitárias, financeiras, estruturais e educacionais, conforme destacamos, e nos remete às dificuldades socioeconômicas vividas por grande parte da população de Eirunepé/AM.

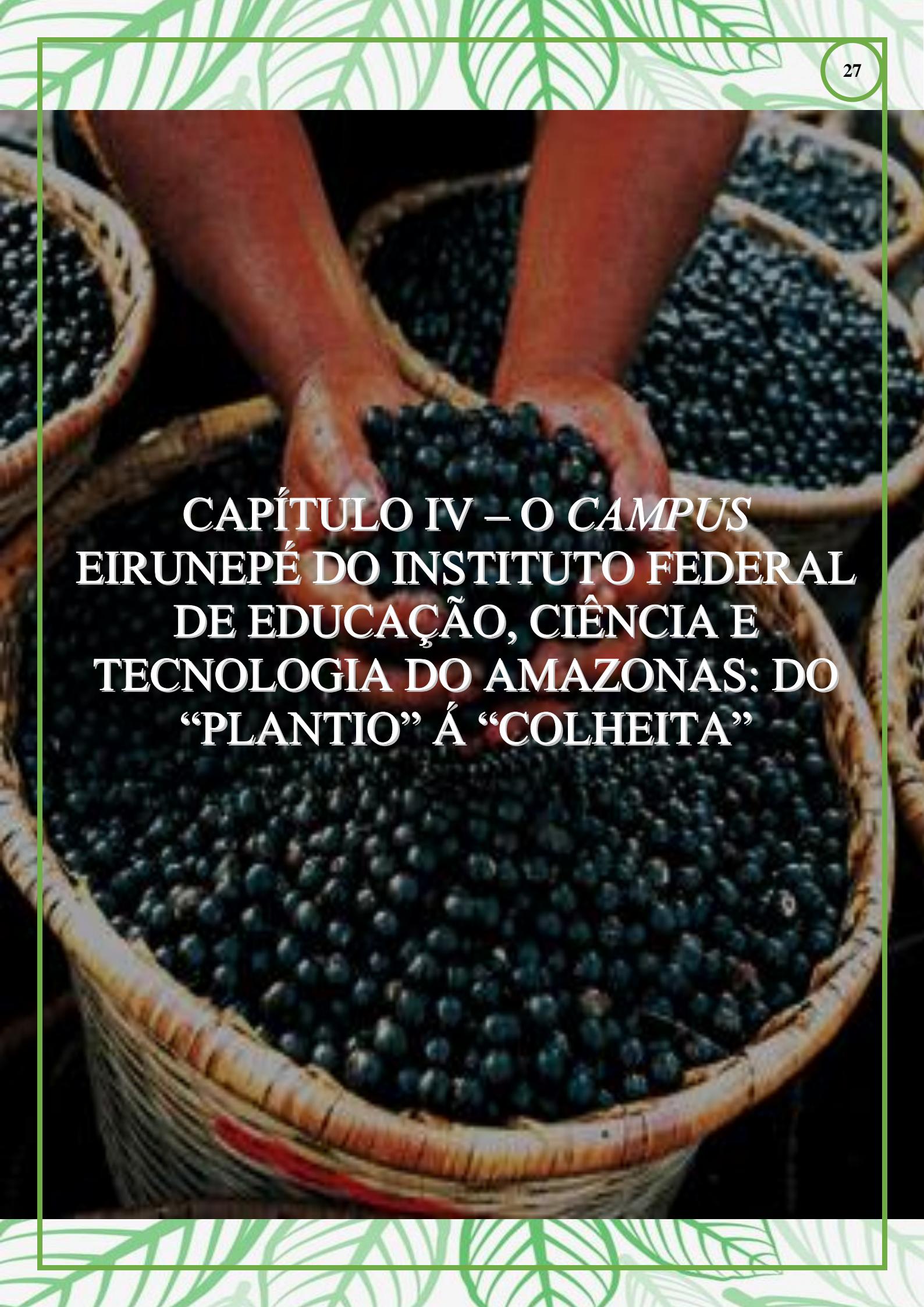
Assim, Scarpin e Slomski (2007) abordam sobre este conceito e explicam que:

O IDH, criado no início da década de 1990, [...] combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, que reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e a renda, medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local. (SCARPIM e SLOMSKI, 2007, p. 912)

Os autores reforçam que os valores podem variar de zero (mínimo) a um (máximo), onde quanto mais perto das extremidades estiver o IDH, menor ou maior ele será.

Desse modo, podemos considerar que o município de Eirunepé/AM necessita de políticas públicas que promovam: a melhoria de sua infraestrutura, a geração de empregos e renda, maior oferta e melhoria de Educação pública, assim como a redução dos problemas socioeconômicos aqui mencionados.

Diante disso, apresentadas as características deste município, compreendemos que foram contemplados os pontos que circundam a instituição. A seguir, abordamos a trajetória histórica, propriamente dita, do IFAM/*Campus* Eirunepé.



## CAPÍTULO IV – O CAMPUS EIRUNEPÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS: DO “PLANTIO” Á “COLHEITA”

#### 4. O CAMPUS EIRUNEPÉ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS: DO “PLANTIO” Á “COLHEITA”

Neste capítulo, objetivamos contar a trajetória histórica do *Campus* do IFAM em Eirunepé/AM, desde os trabalhos iniciais que culminaram em seu processo de implantação até o momento atual, somando-se as suas expectativas futuras. Com isso, a metáfora aqui entra em vigor através do “florestamento” da instituição, desde o “plantio”, as dificuldades na “semeadura”, as “metamorfoses”, o “enraizamento”, chegando ao momento da “colheita”.

Os IFs, tão logo o IFAM e o *Campus* Eirunepé, são amparados pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual aponta que as instituições regidas por ela possuem “[...] natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.” (BRASIL, 2008, p. 1), ou seja, uma ampla autonomia que permite vislumbrar a organização das instituições mediante as necessidades locais e regionais, tendo como finalidades:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008, p. 4)

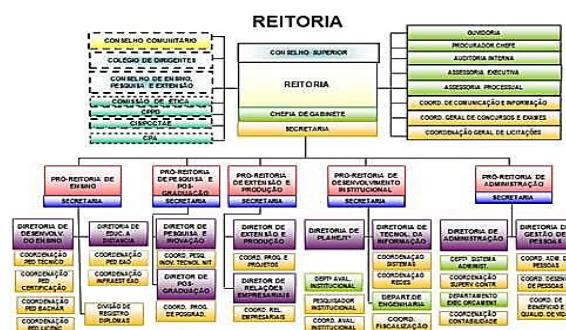
Cabe pontuarmos, também, a hierarquização da gestão do IFAM e do *Campus* Eirunepé, com o intuito de situar importantes personagens e acontecimentos que marcaram a trajetória aqui investigada. Para isso, recorremos ao Estatuto da instituição, aprovado pela Portaria nº. 373, de 31 de agosto de 2009, e ao seu Regimento Geral, um conjunto de normas que tratam acerca da organização da instituição, aprovado pela Resolução nº. 2, de 28 de

março de 2011, ambos através do Conselho Superior (CONSUP), o qual, segundo os próprios documentos, se configura como o órgão máximo da instituição.

Acerca dos órgãos colegiados, o Estatuto do IFAM (2009) destaca que o CONSUP tem caráter consultivo e deliberativo, sendo presidido pelo reitor da instituição, tendo como composição, de modo paritário quanto aos segmentos da comunidade acadêmica, representantes dos docentes, dos técnicos-administrativos, dos discentes, dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes (COLDI). Por sua vez, o COLDI, também presidido pelo reitor, tem caráter consultivo, sendo composto pelos pró-reitores e diretores gerais dos *campi* do IFAM.

Conforme aponta o Estatuto do IFAM (2009), além dos órgãos colegiados, a organização executiva da instituição compreende a Reitoria, na qual subordinam-se: o Gabinete da Reitoria; as Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de Administração e Planejamento, e de Desenvolvimento Institucional; as Diretorias Sistêmicas; a Auditoria Interna; a Procuradoria Federal; e os *campi*.

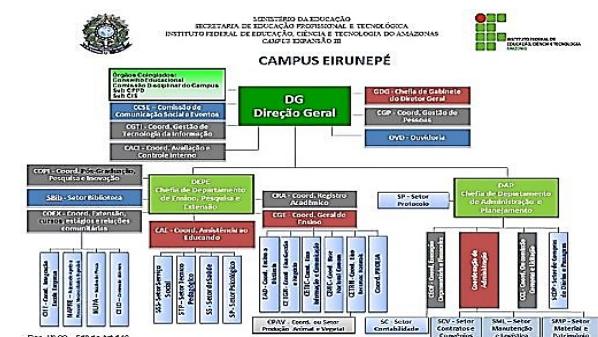
**Figura 9** – Estrutura Organizacional do IFAM



**Fonte:** Site do IFAM.

Segundo o Regimento Geral do IFAM (2011), os *campi* têm a Direção Geral (DG) como instância hierárquica maior, a qual é assessorada pelo Gabinete e que tem como setores subjacentes o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e o Departamento de Administração e Planejamento (DAP), com suas respectivas chefias.

**Figura 10** – Estrutura Organizacional do IFAM/Campus Eirunepé



**Fonte:** Site do IFAM/Campus Eirunepé, 2019.

Realizada tal contextualização, ressaltamos que o IFAM inicia suas atividades no município de Eirunepé/AM durante a terceira fase de expansão e interiorização da Rede Federal de EPT, conforme abordamos anteriormente, entretanto, antes de iniciar suas atividades, alguns marcos já circundavam a instituição.

Assim, damos início a apresentação da primeira fase da instituição, a qual denominamos como: “período de inicialização do IFAM/*Campus* Eirunepé – o plantio”.

O Decreto nº. 147, de 19 de dezembro de 2011, expedido pela Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM e publicado no site do IFAM, dispôs sobre a doação, para a instituição, de um lote de terra urbana com quase quarenta mil metros quadrados, pertencente ao patrimônio público municipal e situado na Rua Prefeito João Cavalcante, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. A medida destinou o terreno para a construção da nova unidade ser implantada, ou seja, o *Campus* Eirunepé. Porém, até os dias atuais, a obra não está finalizada, como relatado por todos os sujeitos entrevistados nesta pesquisa.

**Figura 11** – Obra da sede principal do IFAM/*Campus* Eirunepé



**Fonte:** Arquivo do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2019.

Nesse contexto, a Comissão de Trabalho para Implantação dos *campi* do IFAM Expansão III (CTIIFIII) se responsabilizava pelo planejamento da implantação do *Campus* Eirunepé, conforme verificamos no documento que emerge da investigação narrativa e que encontramos nos arquivos da instituição: o Relatório de Audiência Pública.

O Relatório da Audiência Pública em Eirunepé/AM, 8 de novembro de 2012, realizada pelo IFAM em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e mediada pela CTIIFIII, teve como objetivo levantar informações para definir o perfil institucional e a escolha dos cursos a serem ofertados inicialmente pelo futuro *Campus* Eirunepé.

Á época, como exposto no documento, a comissão organizadora da Audiência Pública foi composta por: Antônio Venâncio Castelo Branco (pró-reitor de desenvolvimento institucional); Allen Bitencourt de Lima (diretor geral do IFAM/*Campus* Parintins e relator

final do documento); José da Cruz Cavalcante Delmiro (secretário municipal de educação); e Ronaldo Portela Falcão (assessor executivo da SEMED).

O relatório final apresentou dados acerca de Eirunepé/AM, a saber: histórico, economia, distribuição de renda, frequência escolar, IDEB, infraestrutura física e arranjos produtivos locais. Além disso, o documento registrou um levantamento das demandas de cursos desejados pelas instituições, alunos concluintes do ensino fundamental e alunos, tanto concluintes quanto egressos, do ensino médio.

“Semente” mencionou este acontecimento, destacou que trabalhava no Núcleo de Ensino Superior da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) de Eirunepé/AM e que, na época em que esta foi realizada, “[...] chegou um ofício lá para a UEA convidando para uma Audiência Pública, inclusive um outro servidor que foi para a Audiência e compartilhou as informações [...].” (SEMENTE). Com isso, afirmou que foi gerada uma expectativa na comunidade estudantil em relação à chegada da instituição no município. Assim, podemos observar a importância deste procedimento no que tange à publicidade.

“Metamorfose” destacou que fez parte da CTIIFIII e que entre os fatores levados em consideração para a escolha do município de Eirunepé/AM como sede de uma unidade do IFAM estavam o baixo IDH e a missão de desenvolver a região.

Em continuidade à investigação narrativa, nos deparamos com outros dois marcos relevantes que precedem o início das atividades do IFAM/*Campus* Eirunepé, o processo de seleção para ingresso de alunos e os concursos públicos para ingresso de servidores.

O Edital nº. 20, de 15 de outubro de 2013, expedido pela Reitoria do IFAM, tornou público o primeiro processo seletivo para ingresso de alunos no *Campus* Eirunepé, disponibilizando 160 vagas para os Cursos Técnicos de Nível Médio em Administração e Informática, tanto na forma Integrada quanto na forma Subsequente, que teriam início no primeiro semestre de 2014. Desse modo, seriam abertas quatro turmas com 40 alunos em cada uma delas. Destacamos, ainda, que os cursos escolhidos contemplaram áreas com alto percentual de interesse dos participantes da Audiência Pública, assim como a relação com os setores do comércio e de serviços enquanto forte arranjo produtivo local.

“Metamorfose” enfatizou que é recomendado, na fase inicial da implantação de um *Campus*, a opção por cursos técnicos que não demandem grande estrutura física, como Administração e Informática, os quais são priorizados em novas unidades do IFAM, como podemos verificar no contexto das escolhas do *Campus* Eirunepé.

Conforme verificamos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), disponibilizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do

Ministério da Educação (MEC), as áreas de Administração e Informática estão situadas, respectivamente, nos Eixos Tecnológicos: Gestão e Negócios; e Informação e Comunicação (BRASIL, 2016).

“Semente” enfatizou que o Assessor Executivo da SEMED de Eirunepé/AM em 2013, Ronaldo Portela Falcão, prestou importante contribuição no processo de implantação do IFAM, pois o mesmo foi designado para apoiar a instituição no período inicial, sobretudo na realização deste processo seletivo, sendo o responsável direto do município por organizar e acompanhar as fases previstas no Edital. Verificamos no documento que o endereço designado ao *Campus* Eirunepé foi a sede da SEMED, localizada na Estrada do Xidá, no Bairro Nossa Senhora de Fátima.

Quanto aos primeiros concursos públicos para ingresso de servidores no *Campus* Eirunepé, estes foram regidos pelos Editais nº. 5 e 6, de 12 de novembro de 2013, os quais contemplaram a contratação de professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), respectivamente. Também expedidos pela Reitoria do IFAM, os Editais previam a contratação de 21 docentes para atuarem em diversas áreas, e 22 TAEs de diferentes áreas e níveis de escolaridade.

Entretanto, “Semente” e “Borboleta” frisaram o baixo índice de aprovação e, consequentemente, uma reduzida quantidade de servidores que ingressaram na instituição nesse primeiro momento. Segundo eles, tal fato pode ser explicado pelo grau de dificuldade da prova e as exigências mínimas de pontuação previstas em Edital. Observamos que foi exigido um percentual de aprovação com no mínimo 60% de acertos para os professores e 70% para os TAEs. Pontuaram, ainda, que a prova ocorreu no município de Eirunepé/AM, o que pode ter beneficiado os munícipes locais, mas que pode ter limitado uma maior concorrência de pessoas de outras localidades devido a logística de acesso à região.

Analizando os Boletins de Serviços disponibilizados no site da Reitoria do IFAM, verificamos que no ano de 2014 o professor Jorge Nunes Pereira, o qual fazia parte da CTIIFIII e estava como diretor geral *pro tempore* do *Campus* Humaitá, foi autorizado a responder cumulativamente pela DG do *Campus* Eirunepé, conforme exposto na Ordem de Serviço nº. 4, de 24 de janeiro de 2014. Tal autorização, segundo o documento, pretendia apoiar e viabilizar a execução das atividades administrativas e pedagógicas concernentes à implantação da instituição. Ressaltamos que essa informação não foi mencionada pelos entrevistados, o que pode demonstrar desconhecimento em relação a possíveis ações desenvolvidas por este servidor.

Ainda no início de 2014, o IFAM, por meio das Portarias nº. 272 e 273, de 28 de fevereiro, e nº. 368 e 369, de 7 de março, nomeou os primeiros servidores do *Campus* Eirunepé, que foram aprovados nos concursos públicos do ano anterior. Assim, a instituição passaria a contar com dois TAEs, sendo um Técnico em Assuntos Educacionais e uma Assistente em Administração, além de dois professores, um da área de Informática e o outro de Matemática, disciplina esta alocada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme exposto em documento disponibilizado no site do MEC (BRASIL, 2018).

“Semente” é o Técnico em Assuntos Educacionais em questão e pontuou que, após sua nomeação, viajou para Manaus/AM. Na Reitoria, recebeu a posse no cargo e a entrada em efetivo exercício do pró-reitor de ensino, professor Antônio Venâncio Castelo Branco, nomeado pelo IFAM através da Portaria nº. 158, de 1º de fevereiro de 2013, e que estava respondendo cumulativamente pelo expediente da Reitoria por motivo de viagem do reitor *pro tempore*, professor João Martins Dias, nomeado pelo MEC através da Portaria nº. 22, de 7 de janeiro de 2009, conforme exposto no teor da Portaria nº. 149, de 6 de fevereiro de 2014, também disponibilizada nos Boletins de Serviços publicados no site da instituição.

Foi mencionado por “Semente” que o reitor em exercício lhe passou informações de como proceder em relação as atividades futuras e fez questionamentos em relação a possíveis locais onde a instituição poderia ser inicialmente instalada, pelo fato de não haver estrutura própria para receber os servidores. O mesmo informou que, por ser do município e trabalhar no local, tinha conhecimento de salas de aulas disponíveis na UEA, ao tempo que indicou a sede da instituição para dar início ao IFAM/*Campus* Eirunepé.

Como mencionado anteriormente, a obra do prédio do *Campus* Eirunepé não finalizou até os dias atuais. Houve, também, a cessão de um prédio da Prefeitura Municipal para o IFAM, a antiga Escola Nossa Senhora de Aparecida, situada na Rua Monsenhor Coutinho, no Bairro Nossa Senhora de Aparecida, conforme analisado no Termo de Cessão de Uso, de 16 de dezembro de 2013.

**Figura 12** – Prédio doado ao IFAM/*Campus* Eirunepé



**Fonte:** Site do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2015.

“Semente” relatou que tal estrutura foi citada durante o diálogo com o reitor em exercício, mas que foi informado sobre o local ainda não estar nas condições adequadas, pois “[...] ainda era uma escola com uma estrutura bem precária [...] que precisava ser reformada.” (SEMENTE). “Borboleta” ressaltou que “[...] esse prédio cedido pela Prefeitura, que era o prédio de Aparecida, sem estrutura nenhuma, quando foi cedido era um prédio abandonado, cheio de rato, cheio de lixo, caindo aos pedaços [...].” (BORBOLETA).

De tal maneira, os servidores do *Campus* Eirunepé passaram a atuar em sede provisória, fato que podemos observar através do Termo de Cooperação Técnica nº. 21, celebrado na data de 3 de novembro de 2014 entre a UEA e o IFAM, que objetivou a conjugação de esforços acadêmicos, técnicos e científicos para a realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão, aulas práticas e estágio curricular, assim como em seu Termo Aditivo nº. 1, de 20 de agosto de 2015, que teve como objeto a Cessão de Uso, para fins educacionais, de três salas de aulas e da área de acesso comum da Universidade, localizada na Avenida Getúlio Vargas, no Bairro São José.

**Figura 13 – Sede da UEA de Eirunepé**



**Fonte:** Blog Amazônia em Imagens, 2017.

“Semente” destacou que, a princípio, uma das salas de aula disponibilizada pela UEA foi utilizada como setor para o desenvolvimento das atividades dos servidores técnicos-administrativos do IFAM/*Campus* Eirunepé e que, em momento posterior, com a chegada de computadores para a instituição, tal sala foi transformada em um laboratório de informática, fato também abordado por “Borboleta”.

No laboratório de informática, como explica “Semente”, os TAEs passaram a trabalhar na última fileira de computadores, chegando a dividir o ambiente com os alunos quando os professores precisavam ministrar aulas práticas, fato que gerava dificuldade no desenvolvimento das atividades. “Borboleta” também enfatizou essa questão.

Adiante, o Edital nº. 1, de 7 de fevereiro de 2014, expedido pela Reitoria, tornou público o Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores substitutos para o

IFAM, sendo o *Campus* Eirunepé contemplado com nove vagas, a saber: Administração, Biologia, Física, Geografia, História, Informática, Letras/Língua Portuguesa, Língua Estrangeira/Inglês e Química, objetivando completar as vagas que não foram preenchidas no concurso público. Entretanto, “Semente” informou que foi responsável por organizar o certame e que o mesmo permaneceu sem concorrência em algumas áreas devido à ausência de candidatos interessados. Com exceção de Administração e Informática, as demais áreas pertencem à BNCC (BRASIL, 2018).

Destacamos, também em 2014, as Portarias nº. 487, de 24 de março, e nº. 521 e 522, de 2 de abril, expedidas pela Reitoria, as quais nomearam os servidores que passaram a compor a primeira equipe gestora do *Campus* Eirunepé. Roquelane Batista de Siqueira foi designado diretor geral *pro tempore*, Luiz Feitosa Gomes passou a responder pelo DAP e Orlando Ferreira da Silva ficou responsável pelo DEPE, ambos professores de outros *campi* do IFAM.

Segundo “Semente”, com a chegada dos gestores, em 14 de abril de 2014 ocorreu a primeira Reunião Administrativa, coordenada pela DG, com a presença do chefe do DEPE, bem como dos quatro servidores concursados. Reforçamos que não foram encontrados documentos sobre este fato. Enfatizamos, ainda, que a referida data ficou marcada como aniversário da instituição, conforme verificamos na data comemorativa exposta no Calendário Acadêmico Sistêmico do IFAM/*Campus* Eirunepé.

**Figura 14** – Mês de abril do Calendário Acadêmico Sistêmico de 2020 do IFAM/*Campus* Eirunepé

							<b>Calendário</b>	<b>Campus Eirunepé</b>
							Acadêmico Sistêmico 2020	Ensino Técnico
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab		
			1	2	3	4		
5	6	7	8	9	10	11		
12	13	14	15	16	17	18 SL		
19	20	21	22	23	24	25		
26	27	28	29	30				
<b>Dias Letivos: 20</b>								
12 dias – 1 <sup>a</sup> etapa; 08 dias – 2 <sup>a</sup> etapa								
							09 – Ponto facultativo	
							10 - Feriado - Paixão de Cristo	
							12 - Páscoa	
							14 – Aniversário do <i>Campus</i> Eirunepé	
							18 – Sábado letivo (09 de abril/quinta-feira)	
							18 – Término da 1 <sup>a</sup> etapa (50 dias letivos)	
							20 – Início da 2 <sup>a</sup> etapa	
							20.04 a 20.05 – Período de Solicitação de Trancamento de Matrícula (Cursos na Forma Integrada)	
							20 – Data limite para lançamento de notas e frequências nos Diários de Classe (Forma Integrada)	
							21 - Tiradentes - Feriado Nacional	
							22 – Publicação das Atas Parciais (Forma Integrada)	
							24 – Data limite para publicação dos Editais do Processo Seletivo 2020/2	
							27 e 28 - Conselhos de Classe Diagnóstico / Prognóstico – Forma Integrada, Subsequente e PROEJA.	
							29 – Reunião Pedagógica: Planejamento das Práticas Integradoras e Atividades Complementares - Diretorias de Ensino dos <i>campi</i> ( <i>turno vespertino</i> )	

**Fonte:** Calendário Acadêmico Sistêmico do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2020.

“Semente” mencionou outros fatos relevantes acerca do IFAM/*Campus* Eirunepé, os quais também não encontramos em outros registros documentais, como: a Reunião do primeiro Planejamento Pedagógico, realizada no dia 15 de abril de 2014, que contou com a

presença dos gestores, dos servidores concursados e dos professores substitutos contratados; e a Aula Inaugural da instituição, realizada no dia 22 de abril, em uma sala de aula da UEA, que teve participação dos servidores, dos alunos e de pessoas da comunidade. Sobre este evento, pontuou que “a sala estava lotada [...], a gente via, assim, uma grande expectativa nos pais, no próprios alunos, um Instituto Federal iniciando suas atividades [...], a gente via um certo brilho no olhar [...].” (SEMENTE).

Verificamos, ainda, a composição da primeira equipe de Coordenadores do IFAM/*Campus* Eirunepé, designada pela DG por meio das Portarias nº. 3 a 6, de 16 de junho de 2014, que passaram a responder, respectivamente, pelos Setores: de Formação Geral da Base Nacional Comum; dos Cursos Técnicos do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação; dos Cursos Técnicos do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios; e da Chefia de Gabinete.

Posteriormente, das sete vagas disponibilizadas para o IFAM/*Campus* Eirunepé em outro Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores substitutos, expedido pela Reitoria através do Edital nº. 5, de 28 de maio de 2014, três contemplaram novas áreas para a instituição: Arte, Educação Física e Filosofia, enquanto as demais buscaram, novamente, preencher as áreas de Administração, Física, História e Química. Novamente, exceto Administração, as demais áreas estão situadas na BNCC (BRASIL, 2018).

Mediante a dificuldade de se preencher as vagas disponíveis na instituição, diversas áreas foram ofertadas, novamente, pelos Editais nº. 7 e 8, de 10 de outubro de 2014, expedidos pela Reitoria do IFAM e que divulgou o segundo concurso público com vagas para o *Campus* Eirunepé, tanto para o segmento docente quanto para TAEs, respectivamente.

No início do ano seguinte, pela análise das Portarias nº. 200 a 218, de 22 de janeiro de 2015, que nomeou os TAES, e nº. 563 a 678, de 20 de fevereiro de 2015, que nomeou os professores, verificamos que a Reitoria do IFAM promoveu um considerável aumento no quadro de servidores do *Campus* Eirunepé.

Iniciava, assim, o que consideramos a segunda fase da instituição e que nomeamos como “período de inadequação estrutural do IFAM/*Campus* Eirunepé – o solo infértil”.

Através da investigação narrativa, extraímos que não foram ofertadas novas vagas para ingresso de alunos no *Campus* Eirunepé em 2015. Examinamos o fato pela ausência da instituição nos Editais nº. 18, de 6 de outubro de 2014, e nº. 23, de 9 de outubro de 2014, expedidos pela Reitoria do IFAM e que tornou público os processos seletivos para os cursos técnicos nas formas integrada e subsequente, respectivamente.

“Semente” afirmou que a decisão de não abrir novas turmas partiu da DG do IFAM/*Campus* Eirunepé em razão da falta de estrutura física para alocar novos alunos, tendo em vista a disponibilidade apenas das três salas cedidas pela UEA. Entretanto, reforçou que a instituição, ao término do ano letivo, precisou ofertar turmas de primeiro ano para os alunos que haviam ficados retidos, fato esse que causou um impasse devido a questão estrutural.

Além disso, foi abordado por “Semente” e “Borboleta” que a chegada dos novos servidores concursados potencializou a problemática da estrutura física, devido à falta de espaços para alocar a maioria destes, assim como a limitada carga horária de aulas pelo reduzido quantitativo de turmas.

“Borboleta”, munícipe de Eirunepé/AM e servidora ingressante desse período, explicou que também viajou à Manaus/AM após sua nomeação, com o objetivo de realizar exames exigidos no ato de admissão, os quais não eram realizados no município, assim como para ir à Reitoria receber a posse do cargo. Ao retornar, antes de entrar em efetivo exercício, explicou que “não sabia muito bem a quem se dirigir dentro do Instituto, e aí recebemos a informação, [...] funciona lá na UEA [...] e você tem que procurar o pessoal administrativo.” (BORBOLETA).

Nesse contexto, conseguimos elencar trechos das narrativas que retratam a situação da infraestrutura do IFAM/*Campus* Eirunepé. “Semente” pontuou que:

[...] em 2015, com a chegada dos servidores, uma quantidade grande [...], a UEA não tinha sala para os professores ficarem, tinha a biblioteca, mas o uso era compartilhado com a própria UEA, os alunos da UEA. [...] essa situação de falta de espaço, ela acaba que vai gerando [...] algumas insatisfações, no geral, em relação aos servidores. [...] a estrutura não era suficiente para acomodar os alunos. (SEMENTE)

“Borboleta”, acerca dos servidores ingressantes, relatou:

[...] nós chegamos sem nenhuma estrutura física do Instituto Federal. [...] começamos a trabalhar meio sem saber o que fazer, como agir, por onde começar. [...] os professores tinham que ficar às vezes em um banco na UEA, às vezes na biblioteca da UEA, às vezes em uma salinha cedida, mas isso gerava um incômodo por parte dos professores. (BORBOLETA);

Diante da problemática da ausência de estrutura física para alocar os servidores e as turmas com os alunos retidos, a DG do IFAM/*Campus* Eirunepé optou por realizar uma reforma no prédio da antiga Escola cedida pela Prefeitura. Após a reforma, foram para esta nova sede alguns servidores e as turmas com os alunos que iriam realizar o primeiro ano novamente, enquanto outros servidores e as turmas aprovadas foram mantidos na UEA.

Contudo, investigamos alguns trechos das narrativas que ilustram a situação da Escola reformada, as quais demonstram que a ação foi uma medida emergencial para suprir as demandas, mas que ainda não havia alcançado as condições de infraestrutura adequadas.

**Figura 15** – Sede reformada da antiga escola doada ao IFAM/*Campus Eirunepé*



**Fonte:** Site Portal do Holanda, 2015.

“Semente” destacou:

Fizeram aqui uma melhoria, [...] fizeram uma limpeza, uma pintura, fizeram alguns reparos na questão hidráulica, elétrica, mas ainda não eram as condições ideais. [...] boa parte dos servidores foram deslocados aqui para Aparecida, que não era, na época, o ideal. (SEMENTE)

“Borboleta”, do mesmo modo, enfatizou que:

[...] essa primeira gestão ainda fez uma “maquiagenzinha” nesse prédio de Aparecida, [...] conseguiu que a gente viesse para dentro. Os técnicos-administrativos não tinham salas estruturadas, não tínhamos computadores para trabalhar, [...] essa escola não tinha nenhuma infraestrutura, os banheiros todos danificados, não tinha ar-condicionado, não tinha ventilador, não tinha onde beber água [...]. (BORBOLETA)

Até mesmo “Metamorfose”, que já conheceu a Escola após a reforma, relatou que esta “[...] era uma edificação muito feia, muito velha, insalubre, sem condições nenhum de uso. Não tinha água potável, não tinha ar condicionado, internet, era muito complicado. E os professores ali se revezavam em uma condição muito ruim.” (METAMORFOSE).

A Vigilância Sanitária de Eirunepé/AM, ligada à Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) do município, após verificar as condições do estabelecimento, emitiu o Relatório Técnico de Inspeção nº. 15, de 20 de agosto de 2015, o qual concluiu inúmeras inconformidades sanitárias, comprometimento da estrutura física e ausência de itens de segurança do trabalho. O referido Relatório, o qual encontramos nos arquivos do IFAM/*Campus Eirunepé*, orientou que a instituição sanasse tais inconformidades, indicando que as ações corretivas nos prazos estabelecidos seriam condicionantes para a manutenção do licenciamento sanitário do local.

Prosseguindo, com a chegada de novos servidores no decorrer do ano de 2015, a DG, através das Portarias nº. 15, 16, 17, 18 e 20, de 27 de julho, e nº. 23, de 3 de agosto, designou mais coordenadores para comporem a gestão do IFAM/*Campus Eirunepé*. Com isso, a instituição passou a contar com as respectivas Coordenações: de Registro Acadêmico; de Gestão de Tecnologia da Informação; de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; do Curso

Técnico em Agropecuária do Eixo Tecnológico Recursos Naturais; de Extensão; e de Gestão de Pessoas.

Ressaltamos, com isso, o processo de implantação do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, também disponível no CNCT (BRASIL, 2016). A Coordenação criada para a área no IFAM/*Campus* Eirunepé através do Curso Técnico de Agropecuária, conforme exposto no teor da Portaria acima mencionada, objetivou conduzir, executar e apoiar as ações e atividades para as demandas futuras do Eixo.

Destacamos, também, que diversas vagas ofertadas pelo IFAM nos Editais dos concursos públicos para ingresso de servidores retratam o interesse do *Campus* Eirunepé no fortalecimento do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, como as vagas para os TAEs: Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Técnico em Agropecuária; e para os professores das disciplinas: Agronomia ou Ciências Agrárias, Florestal, Recursos Pesqueiros e Zootecnia ou Veterinária.

Observamos no Relatório da Audiência Pública que o Eixo Tecnológico Recursos Naturais também compreendeu o interesse de um alto percentual de participantes, bem como trouxe proximidade com boa parte dos arranjos produtivos locais, como: a pesca, o extrativismo e a agropecuária.

Logo, o IFAM/*Campus* Eirunepé, além da BNCC, passaria a contar com o terceiro Eixo Tecnológico, a saber: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Recursos Naturais; os quais não foram alterados até os dias atuais.

Ainda em relação à estruturação da gestão, elencamos o processo de mudança na Chefia do DEPE, em 2015. Nos Boletins de Serviços consta que a Portaria nº. 2.044, de 10 de julho, expedida pela Reitoria do IFAM, delegou competência a Josemar Farias da Silva, professor do *Campus* Eirunepé, para responder pelo Departamento durante o usufruto de férias do atual chefe, Orlando Ferreira da Silva. Contudo, o primeiro foi nomeado de maneira definitiva através da Portaria nº. 2.226, de 4 de agosto, enquanto o segundo pediu exoneração do cargo, como exposto na Portaria nº. 2.202, de 31 de julho.

Assim, os achados da pesquisa apontaram que nesse período houve o contraste entre o aumento do quadro de servidores, a estrutura organizacional que se delineava e a necessidade de oferta de vagas para novos alunos perante uma infraestrutura insuficiente e inadequada para acompanhar o crescimento da instituição.

Em paralelo, conforme notícias publicadas no site G1 (2015), no dia 28 de maio foi deflagrado um movimento nacional grevista dos servidores da Educação Federal, que perdurou por quase 5 meses, finalizando no dia 13 de outubro. As principais pautas

mencionadas nas notícias foram a melhoria salarial e do plano de carreira, assim como maiores investimentos públicos na Educação. O IFAM aderiu ao movimento grevista no dia 17 de agosto, como exposto no site Em Tempo (2015), entretanto, o *Campus* Eirunepé somou-se às reivindicações a partir de 19 de agosto, pelo prazo de dez dias, como registrado pelo site Portal do Holanda (2015).

“Semente” e “Borboleta” frisaram a importância da Greve naquele momento e que a adesão do IFAM/*Campus* Eirunepé ocorreu, sobretudo, pelas insatisfações com as más condições de trabalho provocadas pela ausência de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades, mas destacaram que devido as condições que o IFAM/*Campus* Eirunepé apresentava no momento, surgiu um sentimento de apreensão quanto a permanência da instituição no município, tendo em vista o medo de que estas questões pudessem acarretar a mudança de localidade da sede.

“Semente” relatou, também, que foi um período conflituoso dentro da instituição, pelo fato de haver servidores que optaram por não participar do movimento grevista. “Borboleta” destacou que a tensão entre os servidores que aderiram ao movimento e os servidores que optaram por não fazer tal adesão, principalmente aqueles que eram originários do município de Eirunepé/AM, foi marcada por algumas discussões que retrataram negativamente os servidores locais, chegando a taxá-los como apolíticos e acomodados.

Diante disso, a Reitoria do IFAM, por meio da Portaria nº. 2.341, de 20 de agosto de 2015, publicada nos Boletins de Serviços, delegou competência ao diretor geral *pro tempore* do *Campus* Humaitá, professor Jaime Cavalcante Alves, para participar de um ciclo de reuniões com a comunidade institucional do *Campus* Eirunepé, representando o reitor, Antônio Venâncio Castelo Branco, nomeado pelo Decreto Presidencial de 10 de março de 2015.

As referidas reuniões buscavam compreender a situação da infraestrutura da instituição e as reivindicações do movimento grevista, buscando mediar os conflitos, melhorar o andamento das atividades e a qualidade do ambiente de serviço no IFAM/*Campus* Eirunepé, conforme apresentado no Relatório de 1º de setembro de 2015, objeto da visita do representante do reitor e que foi enviado para a Reitoria por meio do Memorando 001/2015. Ainda de acordo com o Relatório, o chefe do DEPE do *Campus* Tabatinga, professor Gustavo Galdino Rodrigues, foi convidado para ajudar nos trabalhos mencionados.

O Relatório apresentou as Atas de Reuniões que foram realizadas e, ao final, sugeriu algumas medidas para que os problemas encontrados fossem solucionados. Entre as principais sugestões, sublinhamos: locação de nova sede para o IFAM/*Campus* Eirunepé, retomada da

obra do prédio principal, aquisição de equipamentos e materiais de expediente, melhoria da internet, criação do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na forma Integrada, revisão do Organograma da instituição, nomeação de um Coordenador Geral de Ensino, assim como adequação da gestão, com o objetivo de melhorar as relações humanas e o clima organizacional. No decorrer do nosso texto, apontamos o atendimento destas sugestões.

O referido Relatório apresentou, também, as pautas locais da greve no *Campus* Eirunepé, as quais, em termos gerais, eram: a presença do reitor do IFAM na instituição para discutir os problemas desta, a troca na Chefia do DAP e a modificação dos termos da Resolução nº. 5, de 20 de maio de 2014, expedida pelo CONSUP e que versava sobre remoção e redistribuição de servidores. Destacamos que esta última foi revogada por inteiro através da Resolução nº. 39, de 22 de agosto de 2017, que versa sobre remoção interna, também expedida pelo CONSUP e publicada no site da instituição.

Em decorrência das sugestões do Relatório e das reivindicações locais da greve, diversas ações foram adotadas pela Reitoria do IFAM no intuito de atender as demandas necessárias para a resolução dos problemas verificados no *Campus* Eirunepé. Com a adoção destas ações, a greve foi encerrada no final de agosto, como apontado por “Semente”.

De tal modo, se inicia a terceira fase da instituição, que passamos a denominar como: “período de fortalecimento da implantação do IFAM/*Campus* Eirunepé – a proliferação”.

Consultamos o Memorando nº. 582, de 10 de setembro de 2015, que foi enviado pela Reitoria do IFAM à Pró-Reitoria de Administração, o qual destacou que o *Campus* Eirunepé estava passando por um grave problema de involução da gestão, sendo este um dos motivos geradores para as insatisfações apontadas pelo movimento grevista. Conforme exposto no Memorando, uma das medidas adotadas pela Reitoria para buscar solucionar os problemas enfrentados pelos *Campus* Eirunepé foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT).

Dessa forma, a Reitoria determinou o deslocamento de dois servidores para o *Campus* Eirunepé, com a finalidade de elaborar e executar um plano de ação que visasse melhorar o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas da instituição. Logo, como verificado nos Boletins de Serviços do IFAM, por meio da Ordem de Serviço nº. 147, de 27 de agosto de 2015, o chefe do Departamento de Administração, Adanilton Rabelo de Andrade, e o coordenador de orçamento e finanças, Luiz Jorge Viana Mascarenhas, ambos da Pró-Reitoria de Administração, foram para a instituição em agosto de 2015.

Ainda analisando o Memorando, verificamos que o GT constatou que o *Campus* Eirunepé, dentre todos os *campi* do IFAM, foi o que menos havia executado a utilização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Diante disso, a Reitoria do IFAM optou por exonerar Luiz Feitosa Gomes do cargo de chefe do DAP do *Campus* Eirunepé, conforme exposto nos Boletins de Serviços através da Portaria nº. 2.402, de 28 de agosto de 2015, ao tempo que decidiu nomear o assistente em administração, Luiz Jorge Viana Mascarenhas, para esta função, como verificamos na Portaria nº. 2.420, de 1º de setembro de 2015. Tal ação absorveu uma das reivindicações da pauta local de greve.

Neste mesmo período de 2015, a Reitoria optou por delegar competência a Adanilton Rabelo de Andrade para responder temporariamente pelo cargo de diretor geral do *Campus* Eirunepé, por motivo de viagem à Manaus/AM de Roqueline Batista de Siqueira para participar de uma Reunião do COLDI do IFAM e para, posteriormente, usufruto de férias, como exposto na Portaria nº. 2.430, de 1º de setembro, disponibilizada nos Boletins de Serviços da instituição. Contudo, o prazo foi prorrogado pelas Portarias nº. 2.500, de 11 de setembro, e nº. 2.528, de 16 de setembro. Por sua vez, a Portaria nº. 2.671, de 5 outubro, o nomeou como diretor geral substituto.

O Memorando nº. 4, de 1º de setembro de 2015, foi enviado à Reitoria pelo GT do *Campus* Eirunepé. O texto reforçou os problemas de infraestrutura, assim como o agravante da paralisação das obras do prédio principal da instituição, que estava aguardando novo certame licitatório. Dessa maneira, foi solicitado no documento a autorização para abertura de processo de locação de imóvel para comportar nova sede do IFAM no município. Assim, o prédio local do antigo Liceu passou a ser parte integrante desta trajetória, ao tempo que o prédio da antiga Escola cedida pela Prefeitura deixou de ser utilizado para que fosse reformado por completo. Tais pontos contemplam as sugestões do Relatório aqui analisado.

O antigo Liceu, localizado na Rua Otaviano Melo, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, se tornou a principal sede do IFAM/*Campus* Eirunepé, comportando salas de aulas, setores administrativos e o laboratório de informática que antes funcionava na UEA, possibilitando a utilização das três salas de aulas cedidas pela instituição, como relatou “Semente”.

**Figura 16** – Prédio do antigo Liceu alugado pelo IFAM/*Campus* Eirunepé



**Fonte:** Site do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2015.

Assim, esta nova sede do IFAM/ acolheu os servidores então alocados na antiga Escola Nossa Senhora de Aparecida e na UEA. Com o passar do tempo, próximo ao local foram implementados outros espaços físicos para a instituição, como revelam as narrativas.

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, como abordam “Metamorfose” e “Árvore”, foram construídas quatro salas de aulas em uma área da sede local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). “Árvore” destacou, também, a parceria que promoveu a cessão de um galpão em frente o antigo Liceu, também cedido à Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (ADAF), que passou a ser utilizado para depósito de bens e materiais, assim como para a construção de salas para setores administrativos da instituição.

De acordo com “Borboleta” e “Árvore”, foram alugadas e reformadas mais três edificações próximas ao antigo Liceu, uma na frente, onde foi montado mais um laboratório de informática, outra ao lado, na qual foram construídas mais duas salas de aula, e uma casa na mesma rua, que passou a alocar mais setores administrativos, a sala dos professores, o almoxarifado e a cozinha da instituição, liberando espaço para a implantação da biblioteca da instituição no Liceu. Assim, foi montado um complexo de espaços físicos do IFAM/*Campus* Eirunepé nas proximidades do antigo Liceu, complementado pelas três salas de aula da UEA.

**Figuras 17, 18 e 19** – Edificações próximas ao antigo Liceu alugado pelo IFAM/*Campus* Eirunepé



**Fonte:** Arquivo do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2019.

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa enfatizaram a importância da montagem de uma infraestrutura mínima para a melhoria do desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas na instituição. Ressaltaram, também, que as parcerias mencionadas foram fundamentais no processo de implantação do IFAM/*Campus* Eirunepé.

No decorrer da trajetória aqui apresentada, mencionamos algumas parcerias institucionais, como: da Reitoria e Pró-Reitorias do IFAM, do *Campus* Parintins, do *Campus* Humaitá, do *Campus* Tabatinga, da UEA, da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, da SEMED de Eirunepé/AM, do IDAM de Eirunepé/AM e da ADAF.

Além destas, podemos ressaltar as parcerias do IFAM/*Campus* Eirunepé com: os destacamentos locais da Marinha, que contribui disponibilizando vagas para estágios de alunos, e da Aeronáutica, que disponibiliza espaço para a realização de eventos institucionais,

contribuição esta também prestada pela Câmara de Vereadores, pela Igreja católica e pelo Banco do Brasil através da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), conforme verificamos em notícias publicadas no site da instituição.

Assim, como ressalta “Árvore”, se não fossem as parcerias institucionais, o IFAM/*Campus* Eirunepé não conseguiria ofertar os cursos disponibilizados atualmente. Por sua vez, “Metamorfose” adjetiva como positivas as parcerias com outras instituições, frisando que estas demonstram compreender a importância do IF para o município.

Em continuidade à investigação narrativa, encontramos outro documento que reforça a importância das parcerias institucionais, a doação definitiva da antiga Escola Nossa Senhora de Aparecida, conforme verificado no Termo de Cessão por Doação, de 6 de outubro de 2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, como doadora, e o IFAM, como donatário, integrando a edificação ao patrimônio da União. Com isso, o *Campus* Eirunepé passaria a ter a segunda sede definitiva no município, ambas doadas pela Prefeitura local, mas que ainda se encontravam em processo de construção e reforma.

“Metamorfose” explicou sobre a importância da integração do imóvel ao patrimônio da União, sendo esta condição necessária para que a gestão do IFAM/*Campus* Eirunepé pudesse realizar os aportes de recursos públicos necessários e promover a reforma do local. “Semente” também mencionou acerca dessa necessidade de doação efetiva por parte da Prefeitura do município.

“Metamorfose” ainda destacou que, representando a gestão do IFAM/*Campus* Eirunepé, participou de reuniões com o Prefeito e com Vereadores do município para explicar a situação da instituição e buscar a criação e aprovação do projeto de doação definitiva do referido imóvel. “Semente” reforçou a relevância da atuação deste sujeito histórico para a consecução do objetivo, o qual foi alcançado, como observamos no documento de doação.

Em continuidade ao processo de fortalecimento da implantação do IFAM/*Campus* Eirunepé, a DG substituta promoveu uma reformulação na equipe de coordenadores, bem como criou novas coordenações. Assim, estava em curso a revisão do organograma da instituição, como verificamos nas Portarias nº. 68 a 71, de 27 de outubro de 2015, e nº. 77 e 78, de 1º de dezembro de 2015, que nomearam, respectivamente, servidores para: a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, a Coordenação de Materiais e Patrimônio, a Coordenação de Estágio, a Coordenação Geral de Ensino, sendo esta uma das sugestões do Relatório mencionado anteriormente, a Coordenação de Ensino a Distância, e a Coordenação de Assistência Estudantil.

Neste período, como verificado em notícia publicada no site do *Campus* Eirunepé, a instituição recebeu a visita da Reitoria Itinerante, com a presença do reitor, Antônio Venâncio Castelo Branco, do pró-reitor de desenvolvimento institucional, Jaime Cavalcante Alves, e do pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação, José Pinheiro de Queiroz. Dessa forma, seria atendida a reivindicação restante da pauta local de greve.

Conforme exposto na notícia, a Reitoria Itinerante participou das solenidades de entrega do Termo de Doação da antiga Escola Nossa Senhora de Aparecida ao IFAM, realizada pela Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, bem como da inauguração da nova sede do *Campus* Eirunepé, o antigo Liceu.

Durante a visita, segundo consta no texto da notícia, o reitor do IFAM também promoveu a apresentação de Adanilton Rabelo de Andrade, Administrador, como diretor geral *pro tempore* do *Campus* Eirunepé, fato que se concretizou através da Portaria nº. 3.126, de 30 de outubro de 2015, que nomeou o novo responsável pela DG da instituição. Enquanto a Portaria nº. 3.127, também expedida em 30 de outubro de 2015, exonerou Roquelane Batista de Siqueira deste cargo. Estaria modificada a primeira equipe gestora e atendida mais uma sugestão do Relatório mencionado.

Através da investigação narrativa, extraímos trechos que revelam, na visão dos entrevistados, que as transformações ocorridas no segundo semestre de 2015 configuraram, para o IFAM/*Campus* Eirunepé, o período mais efetivo do processo de implantação até então.

“Semente” destacou que houve, nesse período, uma nova estruturação do IFAM/*Campus* Eirunepé, tanto em relação aos espaços físicos quanto em relação à estrutura organizacional, o que contribuiu para melhorar as condições de funcionamento e alocação dos servidores para que estes conseguissem desenvolver as atividades institucionais.

“Borboleta” apontou que começava uma nova época no IFAM/*Campus* Eirunepé, que obras e alugueis de espaços para melhoria da estrutura física começaram a acontecer, que as salas de aulas e setores administrativos foram melhor estruturados, que foram abertos processos para aquisições de equipamentos e materiais diversos e que houve o processo de implantação da internet própria da instituição, do qual participou ativamente devido as funções inerentes ao seu cargo, Técnica em Tecnologia da Informação. Podemos perceber a realização de ações que contemplam pontos sugeridos no Relatório anteriormente mencionado.

No mesmo sentido, “Metamorfose” frisou que, ao ser deslocado para Eirunepé/AM, recebeu a missão de implantar o *Campus* do IFAM, demonstrando que a instituição ainda necessitava se firmar no município.

Os sujeitos investigados ressaltaram, também, que foram retomados os processos seletivos para ingresso de alunos no *Campus* Eirunepé, conforme verificamos por meio dos Editais nº. 24, de 14 de outubro de 2015 e nº. 36, de 5 de novembro de 2015, para os cursos técnicos na forma subsequente, e nº. 1, de 4 de janeiro de 2016, para os cursos técnicos na forma integrada, expedidos pela Reitoria do IFAM, sendo que este último trouxe como novidade o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na forma Integrada para a instituição, que se situa no Eixo Tecnológico Recursos Naturais. Logo, foi atendida a última sugestão que destacamos do Relatório apresentado em momento anterior.

Prosseguindo a investigação narrativa, analisamos o Edital nº. 13, de 27 de abril de 2016, expedido pela Reitoria do IFAM, que divulgou o processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente a partir do segundo semestre do mesmo ano. Destacamos que o *Campus* Eirunepé passou a ofertar, também, os cursos de Florestas e Recursos Pesqueiros nessa modalidade, também situados no Eixo Tecnológico Recursos Naturais.

Adiante, a Portaria nº. 378, de 9 de maio de 2016, expedida pelo MEC, dispôs sobre a autorização de funcionamento do IFAM em Eirunepé/AM, de modo que, apesar de toda trajetória aqui abordada, somente nesse momento a instituição passou a integrar a estrutura organizacional da RFEPCT, recebendo a denominação de *Campus*, enquanto tipo de unidade, e podendo alocar em seu quadro de servidores a quantidade de 70 professores e 45 TAEs.

“Metamorfose” enfatizou que a instituição precisa definir sua tipologia mediante o perfil profissional dos cursos, ao tempo que defendeu que o IFAM de Eirunepé/AM assuma uma identidade de escola agrícola, compreendendo a realidade e os arranjos produtivos locais e orientando suas ações futuras para o fortalecimento dessa área.

“Borboleta” explicou que a instituição intenciona fortalecer o Eixo Tecnológico Recursos Naturais e que, pela distribuição dos demais Eixos Tecnológicos, em relação aos cursos técnicos, ao quantitativo de alunos, ao quadro de pessoal, à estrutura física e aos espaços e implementos para aulas práticas, fazer com que sua identidade esteja cada vez mais voltada para esta área.

Posteriormente, em decorrência de afastamento legal por tempo prolongado do chefe do DEPE, conforme exposto no Memorando Eletrônico nº. 132, de 06 de maio, em 2016 houve a substituição na chefia do setor, como podemos observar nas Portarias nº. 903, de 13 de maio, que exonerou Josemar Farias da Silva desta função, e nº. 919, também do dia 13 de maio, que nomeou Leandro Amorim Damasceno, professor do *Campus* Humaitá, para o cargo.

Em seguida, a Reitoria do IFAM, devido um breve afastamento do atual diretor geral, delegou competência ao novo chefe do DEPE para responder cumulativamente pela DG, como verificamos na Portaria nº. 1.133, de 14 de junho de 2016, no contexto em que o mesmo promoveu a criação da Coordenação de Assistência ao Educando (CAE) da instituição, mediante a necessidade de conduzir, executar e apoiar ações e atividades relacionadas ao setor, como exposto na Ordem de Serviço nº. 10, de 20 de junho de 2016, expedida pelo *Campus* Eirunepé.

A CAE, de acordo com o organograma publicado no site do IFAM/*Campus* Eirunepé, está subordinada ao DEPE e engloba os setores: de Serviço Social, Técnico Pedagógico, de Saúde e Psicológico. Dessa forma, esta Coordenação contempla uma equipe multiprofissional voltada para atender as demandas relacionadas aos alunos da instituição.

“Árvore” pontuou que a CAE é essencial para atender os alunos e que, ao chegar no *Campus* Eirunepé, detectou a sua inexistência. Logo, mediante a experiência vivenciada em outros *campi* do IFAM, reforçou a importância desta Coordenação para as ações de permanência e êxito dentro da instituição.

Ainda sobre a estruturação da equipe gestora do IFAM/*Campus* Eirunepé, mediante o advento de novos cursos da área, a DG da instituição criou a Coordenação do Eixo Tecnológico Recursos Naturais através da Portaria nº. 44, de 8 de julho de 2016.

Para ingresso de novos servidores, a Reitoria do IFAM expediu os Editais nº. 5 e 6, de 30 de agosto de 2016, que previam, respectivamente, a contratação de 8 novos professores e 3 novos TAEs para o *Campus* Eirunepé.

Já para ingresso de alunos nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, a Reitoria do IFAM publicou o Edital nº. 23, de 9 de novembro de 2016, onde o *Campus* Eirunepé manteve a oferta dos três cursos, Administração, Agropecuária e Informática, mas reduziu a quantidade de alunos em cada um deles, de 40 para 35. Em compensação, por meio do Edital nº. 4, de 20 de janeiro de 2017, também expedido pela Reitoria, a instituição realizou uma chamada pública para o preenchimento de mais uma turma para cada curso, com 30 vagas disponibilizadas para cada uma, quase duplicando a quantidade dessa modalidade.

Acerca da composição da estrutura organizacional do IFAM *Campus* Eirunepé, houve a criação do Setor de Protocolo através da Portaria nº. 110, de 9 de novembro de 2016, que foi expedida pela DG da instituição.

Fechando o ano de 2016, como destacou “Semente”, no mês de dezembro ocorreu a primeira colação de grau do IFAM/*Campus* Eirunepé, oriunda da conclusão das turmas ingressantes no ano de 2014, tanto na forma integrada quanto na forma subsequente.

Reforçamos que não encontramos outros registros documentais sobre este fato, porém, compreendemos que a instituição começava a colher os frutos dessa trajetória.

Contudo, relembramos que houveram alunos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada que foram retidos em 2014 e que, consequentemente não se formaram em 2016, os quais iriam cursar o terceiro ano em 2017. De tal maneira, a instituição ficaria com a seguinte distribuição: 6 turmas de primeiro ano, 3 turmas de segundo ano e 2 turmas de terceiro ano, além dos alunos da forma Subsequente.

Entre os dias 26 e 29 de abril de 2017, o *Campus* Eirunepé recebeu nova visita da Reitoria Itinerante do IFAM, conforme notícia publicada no site da instituição. A visita objetivou abrir um espaço de diálogo entre a gestão, os servidores e os discentes da instituição, bem como participar das comemorações do aniversário de três anos da instituição, completados no dia 14 de abril daquele ano. Estavam presentes na solenidade o reitor, Antônio Venâncio Castelo Branco, e o pró-reitor de desenvolvimento institucional, Jaime Cavalcante Alves.

No mês seguinte, a Reitoria do IFAM, através das Portarias nº. 771 a 776 e nº. 817 e 818, de 4 de maio de 2017, nomeou, respectivamente, novos docentes e novos TAEs para o *Campus* Eirunepé. Em relação aos seis professores ingressantes, verificamos que três pertenciam ao Eixo de Gestão e Negócio, outros dois ao Eixo de Recursos Naturais e o restante à BNCC. Mesmo ofertando duas vagas para o Eixo de Informação e Comunicação, não houveram candidatos nomeados.

Diante disso, o Edital nº. 17, de 24 de maio de 2017, expedido pela Reitoria do IFAM, não ofertou o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na forma Subsequente, disponibilizando vagas para os demais cursos nessa modalidade, Administração, Florestas e Recursos Pesqueiros.

“Árvore” relatou, que, por meio das três novas nomeações, a problemática de falta de professores foi sanada no Eixo de Gestão e Negócio, que passou a contar com quatro profissionais da área, quantidade que permanece até os dias atuais. Entretanto, destacou que os candidatos aprovados no concurso, que eram do Eixo de Informação e Comunicação, optaram por não assumir as vagas disponíveis no IFAM/*Campus* Eirunepé, fazendo com que a instituição permanecesse com apenas dois docentes da área, fato que motivou a não abertura de novos cursos da área, como analisamos.

Contudo, “Árvore” mencionou que, em momento posterior, o IFAM/*Campus* Eirunepé conseguiu realizar o provimento destas vagas por meio de aproveitamento de dois candidatos aprovados e homologados que estavam em lista de espera no Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Verificamos as informações nas Portarias nº. 1.968, de 27 de outubro de 2017, e nº. 117, de 24 de janeiro de 2018, ambas expedidas pela Reitoria. A instituição passaria a contar, também, com quatro professores do Eixo Informação e Comunicação, possibilitando a retomada da abertura de novos cursos dessa área.

Em relação à continuidade da estruturação da gestão, houve a criação da Ouvidoria do IFAM/Campus Eirunepé através da Portaria nº. 132, de 28 de setembro de 2017, expedida pela DG da instituição.

Adiante, o Edital nº. 12, de 3 de novembro de 2017, disponibilizou novas vagas para ingresso de alunos nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, retomando a oferta de apenas três turmas, contendo 35 alunos em cada curso dessa modalidade.

Conforme notícia publicada no site do IFAM/Campus Eirunepé, no dia 14 de dezembro de 2017 ocorreu a segunda cerimônia de colação de grau da instituição, na qual estavam inclusos os alunos que ingressaram em 2014, ficando retidos no primeiro ano, e a primeira turma do Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente, iniciada no segundo semestre de 2016. Podemos considerar que, nesse momento, encerrava-se o ciclo iniciado pela gestão pioneira da instituição.

**Figura 20** – Colação de grau do IFAM/Campus Eirunepé



**Fonte:** Site do IFAM/Campus Eirunepé, 2017.

Mediante estas questões, inicia-se a quarta fase da instituição, a qual denominamos: “período de efetivação do IFAM/Campus Eirunepé – o enraizamento”.

O Edital nº. 41, de 29 de maio de 2018, expedido pela Reitoria do IFAM, tornou público o processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos na forma subsequente do Campus Eirunepé. Com a chegada de mais professores do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, como registramos anteriormente, foi retomada a oferta de cursos nessa área, contudo, agora através do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet nesta modalidade.

“Árvore” ressaltou que a escolha deste curso partiu de uma consulta pública realizada junto à comunidade local, bem como das condições encontradas em relação a infraestrutura e ao quadro de professores do IFAM/*Campus* Eirunepé.

Em notícia publicada no site do IFAM/*Campus* Eirunepé, verificamos que a instituição recebeu outra visita da Reitoria Itinerante, que ocorreu entre os dias 23 e 26 de junho de 2018. Estiveram presentes na ocasião, novamente, o reitor, Antônio Venâncio Castelo Branco, e o pró-reitor de desenvolvimento institucional, Jaime Cavalcante Alves.

Entre os eventos que a comitiva participou, destacamos a solenidade de inauguração do prédio doado da antiga Escola Nossa Senhora de Aparecida, que passou a se chamar Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social do IFAM/*Campus* Eirunepé, bem como passou a se configurar como principal sede da instituição.

**Figura 21** – Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social do IFAM/*Campus* Eirunepé



**Fonte:** Arquivo do IFAM/*Campus* Eirunepé, 2019.

Reforçamos que, com este marco, as turmas lotadas na UEA foram deslocadas para a nova sede da IFAM/*Campus* Eirunepé, encerrando a utilização de salas de aulas da instituição parceira. Houve, ainda, o deslocamento dos setores da casa alugada na rua do antigo Liceu, os quais também foram realocados no novo prédio, promovendo o fim do contrato de aluguel desta edificação.

A partir desse momento, a instituição passou a contar com uma infraestrutura que não se modificou até os dias atuais, a saber: o prédio principal em construção, o Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social e o prédio do antigo Liceu com seus arredores, que contêm seis salas de aulas e um laboratório de informática, incluindo os espaços cedidos pela sede local do IDAM.

No dia 30 de junho de 2018 ocorreu a colação de grau da primeira turma do Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na forma Subsequente, a qual havia iniciado no segundo semestre de 2016.

Adiante, verificamos que foi iniciada a oferta de merenda escolar a partir do segundo semestre de 2018. Elencamos trechos das entrevistas que abordam, com ênfase, este fato.

“Semente” pontuou que não houve oferta de merenda escolar antes desse período pelo somatório de diversas questões, como: espaço físico inadequado, estrutura de pessoal insuficiente e falta de recursos financeiros ou, na existência de tais recursos, falta de empresas fornecedoras.

“Árvore” também ressaltou a inviabilidade desta oferta em anos anteriores, de modo que no período mencionado, apesar da instituição ainda não possuir todas as condições ideias de infraestrutura, foi possível atender esta demanda.

Os sujeitos entrevistados enfatizaram, ainda, a importância da merenda escolar para os alunos do IFAM/*Campus* Eirunepé, mediante o conhecimento das questões socioeconômicas do município.

“Árvore” destacou que o IFAM/*Campus* Eirunepé possui diversos discentes enquadrados em situação de vulnerabilidade social e que na instituição “tínhamos muitos problemas de alunos que vinham para escola sem se alimentar [...], gerava uma série de efeitos negativos [...].” (ÁRVORE), reforçando que a oferta da merenda escolar proporcionou efeitos positivos, tanto no aspecto da saúde quanto em relação ao rendimento dos estudantes.

“Semente” reforçou que a oferta da merenda escolar teve um impacto positivo em relação aos alunos do IFAM/*Campus* Eirunepé, contribuindo na questão da frequência e do rendimento escolar, bem como na redução de eventuais problemas de saúde durante as atividades institucionais.

Também no decorrer do segundo semestre de 2018, houve nova mudança na gestão da instituição, como verificamos nas Portarias nº. 1.990 e 1.991, de 20 de setembro, expedidas pela Reitoria do IFAM, onde a primeira nomeou Adanilton Rabelo de Andrade para a DG do *Campus* Tefé, enquanto a segunda nomeou Leandro Amorim Damasceno como diretor geral *pró tempore* do *Campus* Eirunepé, deixando vago o DEPE, que passou a ser chefiado por Raimar Antônio Rodrigues Leitão, Técnico em Assuntos Educacionais, como exposto na Portaria nº. 2.048, de 28 de setembro.

O Edital nº. 80, de 10 de outubro de 2018, expedido pela Reitoria do IFAM, disponibilizou 40 vagas para ingresso de alunos no Curso Técnico de Nível Médio em Administração na forma Integrada na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, marcando o início dessa modalidade na instituição.

Com a disponibilização desta nova modalidade, a DG do IFAM/*Campus* Eirunepé expediu a Portaria nº. 156, de 2 de outubro de 2018, que criou a Coordenação do Programa

Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) da instituição.

No final de 2018, houve nova solenidade de colação de grau dos alunos do IFAM/*Campus* Eirunepé. Na oportunidade foram formadas as primeiras turmas do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na forma Integrada, que ingressaram na instituição no início de 2016.

No início do ano seguinte, os Editais nº. 1 e 2, de 24 de janeiro de 2019, expedidos pela Reitoria do IFAM, ofertaram outros concursos públicos com vagas para TAEs e professores, respectivamente. O Edital não especificou os *campi* em que cada cargo estaria disponível, desse modo, havendo disponibilidade de códigos de vagas para as áreas com lista de candidatos aprovados, o *Campus* Eirunepé poderá nomear novos servidores, pois o certame continua válido atualmente.

Também no início de 2019, houve nova mudança no DEPE do *Campus* Eirunepé. Conforme exposto, respectivamente, nas Portarias nº. 172 e 173, de 30 de janeiro, expedidas pela Reitoria do IFAM, Raimar Antônio Rodrigues Leitão pediu exoneração da função, ao tempo que Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão, professor do *Campus* Eirunepé, foi nomeado chefe deste Departamento.

“Árvore” destacou que no primeiro semestre de 2019 foi realizada outra consulta pública para a participação da comunidade local na escolha dos novos cursos técnicos na forma subsequente que seriam ofertados pelo IFAM/*Campus* Eirunepé.

Diante disso, como verificamos no Edital nº. 21, de 2 de maio de 2019, a instituição atualizou a oferta e passou a disponibilizar novos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, a saber: Agroecologia; Florestas; Manutenção e Suporte em Informática; e Vendas. Acerca dos Eixos Tecnológicos em que estes se situam, os dois primeiros são de Recursos Naturais, o terceiro de Informação e Comunicação e o último de Gestão e Negócios.

A partir dessa atualização, a oferta de cursos técnicos de nível médio no IFAM/*Campus* Eirunepé não seria alterada. Atualmente, na forma integrada, a instituição oferece: Administração, Agropecuária e Informática, além de Administração na modalidade PROEJA; enquanto na forma subsequente dispõe de: Agroecologia; Florestas; Manutenção e Suporte em Informática; e Vendas.

As Portarias nº. 1.818 e 1.819, de 28 de agosto de 2019, expedidas pela Reitoria do IFAM, promoveram outra mudança no DEPE do *Campus* Eirunepé. Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão pediu exoneração da função, sendo nomeada Patrícia Rafaela Otoni Ribeiro, professora da instituição, para chefiar este Departamento.

Também em relação ao organograma do IFAM/*Campus* Eirunepé, a DG criou as coordenações: de Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros; de Curso Técnico de Nível Médio em Florestas; de Curso Técnico de Nível Médio em Informática; de Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet; de Curso Técnico de Nível Médio em Administração; de Planejamento e Administração; de Produção Agroindustrial; e de Compras e Licitações; conforme exposto nas Portarias nº. 79, 81, 84 e 85, de 21 de agosto de 2019, nº. 126, de 27 de setembro de 2019, e nº. 146 e 147, de 31 de outubro de 2019, assim como na Ordem de Serviço nº. 8, de 23 de setembro de 2019, respectivamente.

Diante disso, a estrutura organizacional do IFAM/*Campus* Eirunepé não seria alterada até o momento, contudo, acreditamos que devido a atualização do quadro de cursos técnicos, como mencionamos anteriormente, as coordenações serão ajustadas para estas novas áreas. Verificamos, ainda, que a instituição se aproxima da estrutura organizacional mínima, prevista no Regimento Geral (IFAM, 2011), conforme descrito no parágrafo 1º do artigo 148 do referido documento, que aponta:

- I - Diretor Geral.
- 1. Chefe de Gabinete.
- 2. Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação e da Comunicação.
- 3. Coordenador de Avaliação e Controle Interno.
- 4. Coordenador de Gestão de Pessoas.
- II - Chefe de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- 1. Coordenador Geral de Ensino.
- 2. Coordenador de Curso/Área.
- 3. Coordenador de Assistência ao Educando.
- 4. Coordenador de Extensão.
- 5. Coordenador de Pesquisa e Inovação.
- 6. Coordenador de Registro Acadêmico.
- III - Chefe de Departamento de Administração e Planejamento.
- 1. Coordenador de Administração.
- 2. Coordenador de Execução Orçamentária.
- 3. Coordenador de Materiais e Patrimônio.
- 4. Coordenador de Compras e Licitações. (IFAM, 2011, p. 36)

Logo, pontuamos que o IFAM/*Campus* Eirunepé necessita criar, para alcançar essa estrutura mínima, a Coordenação de Avaliação e Controle Interno.

Em relação ao quadro de pessoal, destacamos que a Portaria nº. 41, de 9 de janeiro de 2020, expedida pela Reitoria do IFAM, nomeou 4 novos professores para o *Campus* Eirunepé. Desse modo, a vigência do concurso público aponta para a tendência do aumento de servidores da instituição, porém, estas foram as últimas nomeações até o momento.

Conforme consultamos na lista de servidores do IFAM/*Campus* Eirunepé, atualmente a instituição conta com: 23 TAEs, de diferentes áreas e níveis de formação; 35 docentes, entre professores EBTT e professores substitutos, dos quais 22 lecionam disciplinas da BNCC, 4 do Eixo Gestão e Negócios, 7 do Eixo Tecnológico Recursos Naturais e 2 do Eixo Informação e

Comunicação, além de 21 servidores terceirizados, que auxiliam em diversos serviços, como segurança, limpeza e organização da merenda escolar.

Cabe destacarmos que a rotatividade de servidores no IFAM/*Campus* Eirunepé foi uma questão levantada pelas narrativas.

“Árvore” pontuou que, ao longo do tempo, houve um aumento significativo do quadro de servidores do IFAM/*Campus* Eirunepé, “[...] apesar de ter alguns colegas que passaram em outros concursos, foram redistribuídos, removidos, enfim, casos que acontecem nessa rotatividade dentro do IFAM [...]” (ÁRVORE), explicando como uma problemática normal, sobretudo para os *campi* mais distantes de grandes centros urbanos.

“Borboleta” ressaltou que o *Campus* Eirunepé já superou diversos problemas em sua trajetória, mas que algumas questões continuam dificultando a eficácia do processo de ensino. Enfatizou, entre estes problemas, a permanência de servidores na instituição e afirmou que “[...] a rotatividade não deixa que o planejamento seja eficaz porque tem que estar mudando constantemente o que se planeja em função dessas mudanças, dessa alternância de servidores [...]” (BORBOLETA). Frisou ainda que a problemática ocorre devido à falta de adaptação destes servidores na localidade, a qual adjetivou como distante e problemática, propondo a criação de políticas que contribuam para promover esta permanência.

De acordo com notícia publicada no site do IFAM/*Campus* Eirunepé, no dia 14 de dezembro de 2019 ocorreu outra colação de grau da instituição. Houve, na solenidade, a conclusão da primeira e única turma do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet na forma Subsequente, a qual pertenceu “Borboleta”, discente concluinte na ocasião.

Esta foi a última cerimônia de conclusão dos cursos até o presente momento. A instituição, então, iniciou 2020 com 556 alunos matriculados e com 504 já formados nessa trajetória, conforme levantamento realizado pela Coordenação de Registro Acadêmico da instituição.

“Semente” enfatizou que foi possível perceber, através de relatos das famílias e de profissionais de outras instituições de educação do município, que o *Campus* Eirunepé passou a influenciar positivamente os alunos que fazem parte da instituição, bem como aqueles que almejam estudar nela, os quais acabam se dedicando mais ao processo de ensino e aprendizagem já no ensino fundamental. Destacou, ainda, que essa influência não se restringe ao município, pois a instituição recebe discentes de outras localidades da região, o que demonstra o esforço dos familiares para proporcionar a estes discentes uma oportunidade de ingressar no IFAM e o que reflete, também, o reconhecimento da população acerca da qualidade da educação ofertada pela instituição. Em relação à sua atuação profissional,

pontuou que “[...] é um aprendizado, em primeiro lugar, e, ao mesmo tempo, é uma satisfação poder contribuir com esse processo, [...] dar uma parcela, mínima que seja, de contribuição para que o aluno saia daqui diferente, positivamente, daquilo que ele entrou.” (SEMENTE).

“Borboleta” também ressaltou que o *Campus* Eirunepé vem proporcionando uma mudança significativa na educação do município, tanto em relação aos alunos que se formam na instituição, dos quais muitos conseguem acesso ao ensino superior e/ou ao mundo do trabalho, bem como daqueles que conhecem essa potencialidade e almejam fazer parte do quadro discente do IFAM. Relatou, ainda, que consegue enxergar essa mudança em si, pois, mediante as dificuldades que enfrentou em sua atuação profissional na instituição durante essa trajetória, foi significativo contribuir com a implantação da mesma, a qual, “engrandece muito a gente, a visão da gente, abre muito a nossa mente.” (BORBOLETA), conforme destacou.

Por sua vez, “Metamorfose” ressaltou a importância do IFAM para o município de Eirunepé/AM, ao tempo que defendeu a necessidade de finalizar a estrutura organizacional e promover a reestruturação física da instituição, para que, a partir dessa consolidação, o *Campus* Eirunepé possa se dedicar cada vez mais ao desenvolvimento do ensino alinhado à pesquisa e à extensão, possibilitando o desenvolvimento da região de maneira sustentável, e a transformação dos alunos por meio do processo educacional. Acerca de sua atuação profissional, reforçou que foi desafiador vir para o município, mas que acredita ter deixado um legado positivo da sua gestão pelo reconhecimento da comunidade institucional diante do trabalho desenvolvido na instituição e pelo fato de ter atuado com amor pela profissão. Frisou que foi preciso motivar e mediar a união da equipe de servidores para fazer o trabalho fluir.

“Árvore” também afirmou que sua vinda para Eirunepé/AM significou o enfrentamento a um desafio, pela logística e pela questão estrutural do *Campus* Eirunepé, explicando que esta última representa o principal problema a ser sanado atualmente. Entretanto, pontuou que a instituição tem conseguido resultados positivos no desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, mesmo diante das limitações encontradas, como visto pelas conquistas dos alunos que participam de projetos, de egressos que ingressam no mundo trabalho, ou mesmo no ensino superior, e pela qualificação dos servidores que atuam na instituição, fato que replica em uma melhor formação para estes alunos. Destacou que o IFAM tende a mudar a realidade local com o passar do tempo, pelo fato destes egressos serem o público que irá atuar nos arranjos produtivos locais, contribuindo para o desenvolvimento da região. Reiterou, ainda, o amor pela profissão.

No período em que elaboramos este trabalho, o mundo enfrenta uma pandemia desencadeada pela disseminação do novo coronavírus, que provoca a “COVID-19”, e o

isolamento social está entre as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate à doença, de acordo com as informações amplamente divulgadas pelos meios de comunicação. Vivenciamos, portanto, um fato histórico, o qual desejamos que não se estenda por muito tempo e que seja superado o mais rápido possível, pois, em 21 de maio de 2020, são confirmadas mais de 5 milhões de pessoas infectadas por esta doença, a qual já provocou mais de 320 mil mortes em todo o planeta, conforme noticiado pelo site G1 (2020).

Por este motivo, conforme exposto: na Portaria Conjunta nº. 1, de 17 de março, expedida pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, e de Extensão; na Ordem de Serviço Conjunta nº. 1, de 17 de março, expedidas pelas Pró-Reitorias de Planejamento e Administração, de Desenvolvimento Institucional, e Diretoria de Gestão de Pessoas; na Portaria nº. 547, de 1º de abril, expedida pela Reitoria; e na Resolução nº. 14, de 23 de abril, expedida pelo CONSUP; o IFAM tem desenvolvido a maior parte de suas atividades de maneira remota, à distância, desde o dia 18 de março até 31 de maio de 2020, com a previsão de prorrogação deste prazo, a fim de preservar a saúde da comunidade interna e externa das localidades onde situam-se os *campi*.

A próxima fase do IFAM/*Campus* Eirunepé remete às expectativas futuras elencadas por todas as narrativas dos sujeitos históricos aqui investigados. Primeiramente, pela inauguração da sede definitiva, o prédio principal que está em construção, transformando os demais em prédios anexos. Em um segundo momento, pela promoção de cursos de graduação, possibilitando a verticalização do ensino. Finalmente, pelo processo de reestruturação física mediante a identidade da instituição, para que esta seja dotada de refeitório, dormitório, ginásio poliesportivo e espaços pedagógicos que promovam o reforço ao acesso, permanência e êxito de estudantes do município e da região.

Será, portanto, a quinta fase, ou: “período de consolidação e reestruturação do IFAM/*Campus* Eirunepé – o florestamento contínuo”.

A photograph of a dense tropical forest. In the foreground, a bright green, curved path or stream bed leads the eye into the scene. The forest is filled with various shades of green, from deep forest greens to bright, sunlit leaves. The lighting suggests a bright day with sunlight filtering through the canopy.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A “FLORESTA VIVA”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A “FLORESTA VIVA”

Neste ebook, apresentamos a trajetória da EPT no Brasil e, paralelamente, no Estado do Amazonas. As especificidades analisadas, desde os primórdios desta modalidade até o recente processo de expansão, demonstram a relação entre Educação e Estado através da construção de políticas públicas que promovem a inserção do ensino em paradigmas que interessam ao mundo trabalho, ou seja, de acordo com o contexto socioeconômico vigente, os currículos da EP são adaptados para atender aos interesses do mercado.

Podemos perceber, também, ao abordar as características histórico-sociais do município de Eirunepé/AM, o quanto importante é o funcionamento do IFAM nesta localidade. Defendemos, então, que a instituição promova um processo de ensino e aprendizagem associado à pesquisa e à extensão, desenvolvendo e fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais da região.

Acreditamos que os IFs, mediante as características mencionadas anteriormente, possibilitam o vislumbre de um processo formativo emancipador, que contribua para o desenvolvimento de um cidadão crítico e reflexivo, capaz de compreender as relações político-sociais do meio em que está inserido, bem como de se perceber como um sujeito participante de maneira ativa, como ser social, na construção da sociedade.

Diante disso, defendemos que a atuação do *Campus Eirunepé* esteja voltada para o trabalho como princípio educativo, alinhando conhecimento e prática de trabalho, através de um processo formativo amparado no ideário da Politecnia, que integre ciência, cultura, humanismo e tecnologia, almejando a formação humana integral dos seus discentes.

Logo, como enfatizamos anteriormente, o “florestamento” do IFAM/*Campus Eirunepé* deve ser contínuo. Desse modo, não pretendemos encerrar, aqui, a trajetória histórica de uma instituição que permanece em processo de consolidação. Também não pretendemos tomar como única a escolha dos caminhos percorridos, pois nosso recorte perpassa pela significativa contribuição de quatro servidores participantes dessa história e que emprestaram sua memória e sua narrativa para nortear a construção deste percurso.

Assim, podemos afirmar que nosso objetivo maior foi o de registrar uma trajetória histórica do IFAM/*Campus Eirunepé*, uma instituição que promove EPT em um município do interior amazonense, isolado geograficamente de grandes centros urbanos e que apresenta diversas problemáticas políticas, sociais, sanitárias, econômicas e educacionais. Nesse percurso, compreendemos que existirão outros “plantios”, outras “metamorfoses”, outros “percalços” e outros momentos de “colheita”, afinal, falamos aqui de uma “floresta viva”.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **Anais eletrônicos da IV semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História**, Ituiutaba/MG: Universidade Federal de Uberlândia/Campus Pontal, p. 1-9, 29 a 02 dez. 2016. Disponível em:

<http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Eirunepé. **Decreto nº. 147, de 19 de dezembro de 2011**. Dispõe doar uma área de terra urbana ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas em combinação com a Lei Municipal nº. 014/12/2011. Eirunepé/AM, 2011. 2 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/licitacoes/arquivos/documentos-do-terreno-eirunepe.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Eirunepé. **Termo de Cessão de Uso, de 16 de dezembro de 2013**. Eirunepé/AM, 2013. 3 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/licitacoes/arquivos/termo-de-cessao-de-uso-do-predio-anexo-do-campus-eirunepe.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Eirunepé. **Termo de Cessão por Doação, de 6 de outubro de 2015**. Termo de doação de imóvel ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Eirunepé/AM, 2015. 2 p.

AMAZONAS. Universidade Estadual do Amazonas. Termo de Cooperação Técnica nº. 21, de 3 de novembro de 2014. **Diário Oficial do Estado**, Manaus/AM, p. 11, 9 dez. 2014.

AMAZONAS. Universidade Estadual do Amazonas. 1º Termo Aditivo do Termo de Cooperação Técnica nº. 21/2014, de 20 de agosto de 2015. **Diário Oficial do Estado**, Manaus/AM, p. 12, 1º out. 2015.

AMAZÔNIA EM IMAGENS. **UEA em Eirunepé**. [2017]. 1 fotografia, color. Disponível em: [https://2.bp.blogspot.com/-oWNkLOC7rSo/WRbeqwzm9AI/AAAAAAAABh4/hCV38ClFW7soFkkDzBioSf988gotrkVQACLcB/s320/13.UEA\\_Eirunepe\\_por\\_amazonia\\_em\\_imagens.jpg](https://2.bp.blogspot.com/-oWNkLOC7rSo/WRbeqwzm9AI/AAAAAAAABh4/hCV38ClFW7soFkkDzBioSf988gotrkVQACLcB/s320/13.UEA_Eirunepe_por_amazonia_em_imagens.jpg). Acesso em: 21 mai. 2020.

ANDRADE, Maria do Carmo Ferreira. **A formação de professores para o Ensino Profissional e Tecnológico mediado pela metodologia por competências a partir dos anos 70**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus/AM, 2015.

BARROS, Martinho Correia. Da Escola de Aprendizes Artífices ao IFAM: um breve histórico sobre o processo de Ifetização no Amazonas. **Congresso Nacional de Educação** (CONEDEU), p. 1-5, 18 a 20 set. 2014. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_11\\_08\\_2014\\_19\\_41\\_18\\_idinscrito\\_4123\\_ddbdac8d618ad5f07cc82eb804e47a31.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_08_2014_19_41_18_idinscrito_4123_ddbdac8d618ad5f07cc82eb804e47a31.pdf). Acesso em: 24 mar. 2020.

BBC NEWS/BRASIL. **Dívida externa brasileira, em dólares, de 1970 a 1985**. [2018]. 1 imagem, color. Disponível em: [https://ichef.bbci.co.uk/news/624/cpsprodpb/2346/production/\\_104003090\\_dvida\\_externa.jpg](https://ichef.bbci.co.uk/news/624/cpsprodpb/2346/production/_104003090_dvida_externa.jpg). Acesso em 16 mai. 2020.

BRASIL. Decreto de 10 de março de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, seção 2, p. 2, 11 mar. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/ Amazonas/ Eirunepé/ História & Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/eirunepe/historico>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/ Amazonas/ Eirunepé/ Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/eirunepe/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Calendário Acadêmico Sistêmico 2020**. Eirunepé/AM, 2020. 2 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Campus Eirunepé recebe visita da Reitoria Itinerante e inaugura novo prédio de funcionamento provisório**. Eirunepé/AM, 2015. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/campus-eirunepe-recebe-visita-do-reitor-e-pro-retores-e-inaugura-novo-predio-de-funcionamento-provisorio>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Centro de Referência em Inclusão e Tecnologia Social do Campus Eirunepé**. [2019]. 1 fotografia, color.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Colação de Grau do Campus Eirunepé**. [2017]. 1 fotografia, color. Disponível em: [@ @ images/fbcddebb-037b-481e-94fe-d642b5d4985f.jpeg">http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/discentes-dos-cursos-tecnicos-em-administracao-informatica-e-recursos-pesqueiros-do-ifam-2013-campus-eirunepe-recebem-colacao-de-grau/IMG20171215WA0022.jpg](http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/discentes-dos-cursos-tecnicos-em-administracao-informatica-e-recursos-pesqueiros-do-ifam-2013-campus-eirunepe-recebem-colacao-de-grau/IMG20171215WA0022.jpg) Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Colação de Grau dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas Integrada e Subsequente**. Eirunepé/AM, 2020. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/colacao-de-grau-dos-cursos-tecnicos-de-nivel-medio-nas-formas-integrada-e-subsequente>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Discentes dos Cursos Técnicos em Administração, Informática e Recursos Pesqueiros do IFAM – Campus Eirunepé recebem Colação de Grau**. Eirunepé/AM, 2017. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/discentes-dos-cursos-tecnicos-em-administracao-informatica-e-recursos-pesqueiros-do-ifam-2013-campus-eirunepe-recebem-colacao-de-grau>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 1, de 4 de janeiro de 2016**. Manaus/AM, 2016. 4 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/noticias/Edital012016PSSTefeEirunep.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 1, de 7 de fevereiro de 2014**. Manaus/AM, 2014. 12 p. Disponível em: [https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-61-vagas/1253999/aadf5d1b6c/edital\\_de\\_abertura.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-61-vagas/1253999/aadf5d1b6c/edital_de_abertura.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 1, de 24 de janeiro de 2019**. Manaus/AM, 2019. 47 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/um-dos-concursos-publicos-do-ifam-tem-retificacao-anunciada/1453674/baf894fda2/edital\\_de\\_abertura\\_n\\_01\\_2019.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/um-dos-concursos-publicos-do-ifam-tem-retificacao-anunciada/1453674/baf894fda2/edital_de_abertura_n_01_2019.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 2, de 24 de janeiro de 2019.** Manaus/AM, 2019. 42 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/um-dos-concursos-publicos-do-ifam-tem-retificacao-anunciada/1453675/2858ae2fc5/edital\\_de\\_abertura\\_n\\_02\\_2019.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/um-dos-concursos-publicos-do-ifam-tem-retificacao-anunciada/1453675/2858ae2fc5/edital_de_abertura_n_02_2019.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 4, de 20 de janeiro de 2017.** Manaus/AM, 2017. 2 p. Disponível em:

<http://www2.ifam.edu.br/processos-seletivos/processo-seletivo-2017-1/EditalN042017NovasTurmasCampusEirunepPUBLICAO.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 5, de 12 de novembro de 2013.** Manaus/AM, 2013. 21 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-200-vagas/1237003/cf51123fa6/edital\\_de\\_abertura\\_completo.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-200-vagas/1237003/cf51123fa6/edital_de_abertura_completo.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 5, de 28 de maio de 2014.** Manaus/AM, 2014. 12 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-31-vagas/1274387/78479ced63/edital\\_de\\_abertura.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-31-vagas/1274387/78479ced63/edital_de_abertura.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 5, de 30 de agosto de 2016.** Manaus/AM, 2016. 21 p. Disponível em:

[http://www2.ifam.edu.br/noticias/ifam-divulga-edital-de-concurso-publico-para-professores-e-tecnico-administrativos/copy\\_of\\_EDITALN005EBTT30082016FINAL.pdf](http://www2.ifam.edu.br/noticias/ifam-divulga-edital-de-concurso-publico-para-professores-e-tecnico-administrativos/copy_of_EDITALN005EBTT30082016FINAL.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 6, de 12 de novembro de 2013.** Manaus/AM, 2013. 20 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-330-vagas/1236943/f763c70afa/edital\\_de\\_abertura\\_completo.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-330-vagas/1236943/f763c70afa/edital_de_abertura_completo.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 6, de 30 de agosto de 2016.** Manaus/AM, 2016. 17 p. Disponível em:

[http://www2.ifam.edu.br/instituicao/concurso-publico/arquivos/copy\\_of\\_AnexosaoEditaln06ppgina.pdf](http://www2.ifam.edu.br/instituicao/concurso-publico/arquivos/copy_of_AnexosaoEditaln06ppgina.pdf). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 7, de 10 de outubro de 2014.** Manaus/AM, 2014. 38 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-180-vagas/1292070/ab43ef1921/edital\\_de\\_abertura\\_completo.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-180-vagas/1292070/ab43ef1921/edital_de_abertura_completo.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 8, de 10 de outubro de 2014.** Manaus/AM, 2014. 44 p. Disponível em:

[https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-280-vagas/1292071/307d8b4f20/edital\\_de\\_abertura\\_completo.pdf](https://arquivo.pciconcursos.com.br/ifam-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-am-280-vagas/1292071/307d8b4f20/edital_de_abertura_completo.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 12, de 3 de novembro de 2017.** Manaus/AM, 2017. 11 p. Disponível em:

[http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2612](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2612). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 13, de 27 de abril de 2016.** Manaus/AM, 2016. 8 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2029](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2029). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 17, de 24 de maio de 2017.** Manaus/AM, 2017. 10 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2284](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2284). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 18, de 6 de outubro de 2014.** Manaus/AM, 2014. 6 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=1603](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=1603). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 20, de 15 de outubro de 2013.** Manaus/AM, 2013. 8 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=1343](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=1343). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 21, de 2 de maio de 2019.** Manaus/AM, 2019. 30 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=3031](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=3031). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 23, de 9 de novembro de 2016.** Manaus/AM, 2016. 12 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2139](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2139). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 23, de 9 de outubro de 2014.** Manaus/AM, 2014. 6 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=1653](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=1653). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 24, de 14 de outubro de 2015.** Manaus/AM, 2015. 5 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=1897](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=1897). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 36, de 5 de novembro de 2015.** Manaus/AM, 2015. 6 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=1926](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=1926). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 41, de 29 de maio de 2018.** Manaus/AM, 2018. 20 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2715](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2715). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Edital nº. 80, de 10 de outubro de 2018.** Manaus/AM, 2018. 34 p. Disponível em: [http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod\\_concurso=2899](http://aguia.ifam.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=2899). Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Estatuto.** Manaus/AM, 2009. 23 p. Disponível em: [http://www2.ifam.edu.br/arquivos/estatuto-ifam/estatuto-ifam\\_lei\\_11-892-1.pdf](http://www2.ifam.edu.br/arquivos/estatuto-ifam/estatuto-ifam_lei_11-892-1.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Estrutura Organizacional.** Eirunepé/AM, 2020. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/instituicao/Estrutura-Organizacional>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Estrutura Organizacional do Campus Eirunepé.** [2019]. 1 imagem, color. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/arquivos/organogramanovo.jpg>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Estrutura Organizacional do IFAM**. 1 imagem, color. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/imagens/Estrutura.png>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **IFAM/Campus Eirunepé realiza formatura dos discentes do Curso Técnico em Florestas**. Eirunepé/AM, 2018. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/ifam-2013-campus-eirunepe-realiza-formatura-dos-discentes-do-curso-tecnico-em-florestas>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **IFAM/Campus Eirunepé recebe a “Reitoria Itinerante”**. Eirunepé/AM, 2018. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/ifam-campus-eirunepe-recebe-a-201creitoria-itinerante201d>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Início das atividades no Campus Avançado Iranduba**. Manaus/AM, 2019. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/noticias/inicio-das-atividades-no-campus-avancado-iranduba>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Laboratório de informática do Campus Eirunepé**. [2019]. 1 fotografia, color.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Linha do tempo da Educação Profissional no Amazonas**. 1 imagem, color. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/imagens/LINHADOTEMPOEMJPG.jpg>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Lista de servidores do Campus Eirunepé**. Eirunepé/AM, 2020. 2 p.

RASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Local de funcionamento provisório do Campus Eirunepé**. [2015] 1 fotografia, color. Disponível em: [@ @images/b5c6ae11-7397-4d8f-b48b-0a7f5b50d074.jpeg">http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/campus-eirunepe-recebe-visita-do-reitor-e-pro-reitores-e-inaugura-novo-predio-de-funcionamento-provisorio/img\\_20151130\\_163340020.jpg/@ @images/b5c6ae11-7397-4d8f-b48b-0a7f5b50d074.jpeg](http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/campus-eirunepe-recebe-visita-do-reitor-e-pro-reitores-e-inaugura-novo-predio-de-funcionamento-provisorio/img_20151130_163340020.jpg). Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Mapa dos campi do IFAM**. 1 imagem, color. Disponível em: <https://docplayer.com.br/docs-images/92/108863355/images/29-0.jpg>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Memorando Eletrônico nº. 132, DG/Eirunepé, de 6 de maio de 2016**. Eirunepé/AM, 2016. 2 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Memorando nº. 1, de 1º de setembro de 2015**. Tabatinga/AM, 2015. 1 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Memorando nº. 4, GT/Reitoria/Eirunepé, de 1º de setembro de 2015**. Manaus/AM, 2015. 2 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Memorando nº. 582, GR/IFAM, de 10 de setembro de 2015**. Manaus/AM, 2015. 2 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Novas conquistas e retrospectiva do IFAM – Campus Eirunepé**. Eirunepé/AM, 2017. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/novas-conquistas-e-retrospectivas-do-ifam-2013-campus-eirunepe>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Obra do prédio principal do Campus Eirunepé**. [2019]. 1 fotografia, color.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Ordem de Serviço nº. 4, de 24 de janeiro de 2014**. In: Boletim de janeiro 2014, p. 49, Manaus/AM, 2014. 51 p. Disponível em: <http://200.129.168.182:4030/documents/207>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Ordem de Serviço nº. 8, GDG/CEIRU/IFAM, de 23 de setembro de 2019**. Eirunepé/AM, 2019. 1 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Ordem de Serviço nº. 10, GDG/CEIRU/IFAM, de 20 de junho de 2016**. Eirunepé/AM, 2016. 1 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Ordem de Serviço nº. 147, de 27 de agosto de 2015**. In: Boletim de agosto 2015, p. 82, Manaus/AM, 2015. 82 p. Disponível em: <http://200.129.168.182:4030/documents/358>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Ordem de Serviço Conjunta nº. 1, PROPAD/PRODIN/DGP/IFAM, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre o estabelecimento de medidas temporárias com vistas à prevenção ao coronavírus. Manaus/AM, 2020. 3 p. Disponível em:  
[http://www2.ifam.edu.br/copy\\_of\\_ORDEMDESERVIOCONJUNTA21.pdf](http://www2.ifam.edu.br/copy_of_ORDEMDESERVIOCONJUNTA21.pdf). Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 149, de 6 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre delegação de competência. In: Boletim de fevereiro 2014, p. 16, Manaus/AM, 2014. 113 p. Disponível em:  
<http://200.129.168.182:4030/documents/259>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 547, GR/IFAM, de 1º de abril de 2020**. Dispõe sobre suspensão, no período de 2 a 23 de abril de 2020, das atividades acadêmicas e administrativas no âmbito do IFAM. Manaus/AM, 2020. 2 p. Disponível em: [http://www2.ifam.edu.br/copy\\_of\\_Port.n547REEDITADA.pdf](http://www2.ifam.edu.br/copy_of_Port.n547REEDITADA.pdf). Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 2.044, de 10 de julho de 2015**. Dispõe sobre delegação de competência. In: Boletim de julho 2015, p. 51, Manaus/AM, 2015. 108 p. Disponível em:  
<http://200.129.168.182:4030/documents/354>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 2.202, de 31 de julho de 2015**. Dispõe sobre exoneração. In: Boletim de julho 2015, p. 17, Manaus/AM, 2015. 108 p. Disponível em: <http://200.129.168.182:4030/documents/354>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 2.341, de 20 de agosto de 2015**. Dispõe sobre delegação de competência. In: Boletim de agosto 2015, p. 42, Manaus/AM, 2015. 82 p. Disponível em:  
<http://200.129.168.182:4030/documents/358>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria nº. 2.402, de 28 de agosto de 2015**. Dispõe sobre exoneração. In: Boletim de agosto 2015, p. 11, Manaus/AM, 2015. 82 p. Disponível em: <http://200.129.168.182:4030/documents/358>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Portaria Conjunta nº. 1, PROEN/PPGI/PROEX/IFAM, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre orientações para a interrupção das atividades acadêmicas presenciais, no período de 18 de março a 1º de abril de 2020. Manaus/AM, 2020. 3 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/1PortariaConjunta1.2020PROENPPGIPROEXOrientaesatividadesacademicas1.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Prédio cedido pela Prefeitura de Eirunepé.** [2015]. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.ifam.edu.br/portal/images/image/P3.jpg>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Regimento Geral.** Manaus/AM, 2011. 46 p. Disponível em: [http://www2.ifam.edu.br/arquivos/regimento-ifam/regimento\\_geral\\_publicado\\_no\\_dou\\_-2.pdf/view](http://www2.ifam.edu.br/arquivos/regimento-ifam/regimento_geral_publicado_no_dou_-2.pdf/view). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório da Audiência Pública em Eirunepé/AM em 8 de novembro de 2012.** Eirunepé/AM, 2012. 26 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório de 1º de setembro de 2015.** Manaus/AM, 2020. 9 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Relatório Técnico de Inspeção nº. 15, de 20 de agosto de 2015.** Eirunepé/AM, 2015. 2 p.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Resolução nº. 14, CONSUP/IFAM, de 23 de abril de 2020.** Manaus/AM, 2020. 4 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/Resolucao14Proc.23443.006825202086SuspenderCalAcademico2Bimestre23.04.2020OFICIAL.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Resolução nº. 39, CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2017.** Manaus/AM, 2017. 9 p. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/administracao/gestao-de-pessoas/atos-regulamentares/arquivos/resolucao-no-39-2017-remocao.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Últimas Notícias.** Manaus/AM, 2014. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/eirunepe/noticias/ultimas-noticias>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Selo dos 110 anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** [2019]. 1 imagem, color. Disponível em: [@ @images/8c16f244-33cf-4747-bd91-7f4e9e3d3f8f.png](http://www2.ifam.edu.br/noticias/audiencia-publica-no-municipio-de-nova-olinda-do-norte-trata-da-implantacao-de-cursos-no-municipio/Selo_Horizontal_RGB.png). Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **2 salas de aula do Campus Eirunepé.** [2019]. 1 fotografia, color.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **4 salas de aula do Campus Eirunepé.** [2019]. 1 fotografia, color.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Resultados e Metas.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão homologada. Brasília/DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3 ed. Brasília/DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 1 imagem, color. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/Marco/mapaPrancheta\\_ED2.png](http://portal.mec.gov.br/images/stories/noticias/2019/Marco/mapaPrancheta_ED2.png). Acesso em 16 mai. 2020.

BRASIL. Portarias nº. 3 a 6, de 16 de junho de 2014. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 30, 31 jul. 2014.

BRASIL. Portarias nº. 15, 16, 17, 18 e 20, de 27 de julho de 2015. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 23, 30 jul. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 22, de 7 de janeiro de 2009. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 11, 8 jan. 2009.

BRASIL. Portaria nº. 23, de 3 de agosto de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 16, 17 ago. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 41, de 9 de janeiro de 2020. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 27, 10 jan. 2020.

BRASIL. Portaria nº. 44, de 8 de julho de 2016. Dispõe sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 17, 15 ago. 2014.

BRASIL. Portarias nº. 68 a 71, de 27 de outubro de 2015. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 22, 29 out. 2015.

BRASIL. Portarias nº. 77 e 78, de 1º de dezembro de 2015. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 10, 7 dez. 2015.

BRASIL. Portarias nº. 79, 82, 84 e 85, de 21 de agosto de 2019. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 32, 23 ago. 2019.

BRASIL. Portaria nº. 110, de 9 de novembro de 2016. Dispõe sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 12, 14 dez. 2016.

BRASIL. Portaria nº. 117, de 24 de janeiro de 2018. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 12, 25 jan. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 126, de 27 de setembro de 2019. Dispõe sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 47, 1º out. 2019.

BRASIL. Portaria nº. 132, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 18, 4 out. 2017.

BRASIL. Portarias nº. 146 e 147, de 31 de outubro de 2019. Dispõem sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 30, 6 nov. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 156, de 2 de outubro de 2018. Dispõe sobre designação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 18, 4 out. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 158, de 1º de fevereiro de 2013. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 17, 5 fev. 2013.

BRASIL. Portaria nº. 172, de 30 de janeiro de 2019. Dispõe sobre exoneração. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 98, 1º fev. 2019.

BRASIL. Portaria nº. 173, de 30 de janeiro de 2019. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 98, 1º fev. 2019.

BRASIL. Portarias nº. 200 a 218, de 22 de janeiro de 2015. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 14, 26 jan. 2015.

BRASIL. Portarias nº. 272 e 273, de 28 de fevereiro de 2014. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 28, 5 mar. 2014.

BRASIL. Portaria nº. 368 e 369, de 7 de março de 2014. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 16, 10 mar. 2014.

BRASIL. Portaria nº. 378, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 1, p. 19, 10 mai. 2016.

BRASIL. Portaria nº. 487, de 24 de março de 2014. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 26, 26 mar. 2014.

BRASIL. Portaria nº. 521 e 522, de 2 de abril de 2014. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 26, 3 abr. 2014.

BRASIL. Portarias nº. 563 a 678, de 20 de fevereiro de 2015. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 21, 24 fev. 2015.

BRASIL. Portarias nº. 771 a 776, de 4 de maio de 2017. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 20, 8 mai. 2017.

BRASIL. Portarias nº. 817 a 818, de 4 de maio de 2017. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 19, 8 mai. 2017.

BRASIL. Portaria nº. 903, de 13 de maio de 2016. Dispõe sobre exoneração. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 16, 16 mai. 2016.

BRASIL. Portaria nº. 919, de 13 de maio de 2016. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 18, 17 mai. 2016.

BRASIL. Portaria nº. 1.133, de 14 de junho de 2016. Dispõe sobre delegação de competência. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 17, 22 jun. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 1.431, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a autorização de funcionamento do *Campus Avançado Boca do Acre* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 1, p. 60, 31 dez. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 1.818, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre exoneração. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 48, 30 ago. 2019.

BRASIL. Portaria nº. 1.819, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 48, 30 ago. 2019.

BRASIL. Portarias nº. 1.990 e 1.991, de 20 de setembro de 2018. Dispõem sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 20, 28 set. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 1.968, de 27 de outubro de 2017. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 20, 30 out. 2017.

BRASIL. Portaria nº. 2.048, de 28 de setembro de 2018. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 21, 1º out. 2018.

BRASIL. Portaria nº. 2.226, de 4 de agosto de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 24, 5 ago. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 2.420, de 1º de setembro de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 23, 2 set. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 2.430, de 1º de setembro de 2015. Dispõe sobre delegação de competência. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 15, 3 set. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 2.500, de 11 de setembro de 2015. Dispõe sobre delegação de competência. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 19, 14 set. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 2.528, de 16 de setembro de 2015. Dispõe sobre delegação de competência. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 22, 17 set. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 2.671, de 5 de outubro de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 17, 7 out. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 3.126, de 30 de novembro de 2015. Dispõe sobre exoneração. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 19, 2 dez. 2015.

BRASIL. Portaria nº. 3.127, de 30 de novembro de 2015. Dispõe sobre nomeação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, Seção 2, p. 19, 2 dez. 2015.

CARLUCCI, Roseina Braga. **A qualidade da Educação Superior do Tecnólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de León – Departamento de Didáctica General, Específica y Teoría de la Educación – León/Espanha, 2016.

CLIPART.ME. **Moldura verde de folhas**. 1 imagem, color. Disponível em: <https://png.clipart.me/istock/previews/3512/35128382-background-frame-of-green-leaves.jpg>. Acesso em: 14 mai. 2020.

EM TEMPO. **Servidores do Ifam paralisam atividades nesta terça**. 17 ago. 2015. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/sem-categoria/44117/servidores-do-ifam-paralisam-atividades-nesta-terca>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ESCOLA EDUCAÇÃO. **Metamorfose dos animais**. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/metamorfose-dos-animalis/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

FREEPIK. **Árvores crescendo em solo fértil em sequência de germinação**. 1 fotografia, color. Disponível em: [https://br.freepik.com/fotos-premium/arvores-crescendo-em-solo-fertil-em-sequencia-de-germinacao\\_2354109.htm](https://br.freepik.com/fotos-premium/arvores-crescendo-em-solo-fertil-em-sequencia-de-germinacao_2354109.htm). Acesso em: 11 mai. 2020.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, n. 116, p. 21-39, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GOOGLE MAPS. **Localização geográfica do trecho Eirunepé-Manaus/AM**. Mapa online. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Manaus,+AM/Eirunep%C3%A9+C3%9A9++AM,+69880-000/@-6.8861753,-52.910255,12z>.

69.4469592,5z/data=!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x926c1bc8b37647b7:0x2b485c9ff765a9cc!2m2!1d-60.0217314!2d-3.1190275!1m5!1m1!1s0x918e4d438910a5c1:0x742935316ac9283b!2m2!1d-69.8674865!2d-6.6618796!3e0. Acesso em: 16 mai. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 5 ed. – São Paulo/SP: Atlas, 2017.

GIORDANI, Estela Maris; RAMBO, Márcia Cristiane. Leitura como instrumento de construção do sujeito histórico. **Revista Latino-Americana de História.** v. 2, n. 6 – Edição Especial – p. 1145-1158, ago. 2013. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/262/215>. Acesso em: 22 jan. 2020.

G1. Bem Estar. **Mundo registra mais de 5 milhões de casos confirmados do novo coronavírus, diz universidade.** 21 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/21/mundo-registra-5-milhoes-de-casos-de-novo-coronavirus-aponta-universidade.ghtml>. Acesso em: 21 mai. 2020.

G1. Educação. **Professores e funcionários de universidades federais iniciam greve.** 28 mai. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/professores-e-funcionarios-de-universidades-federais-iniciam-greve28-05.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

G1. Educação. **Após 5 meses, universidades federais encerram greve a partir desta terça.** 13 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/apos-5-meses-universidades-federais-encerram-greve-partir-desta-terca.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

JACTO. **Aggregados do solo: entenda o que são e por que a estabilidade importa.** [2019]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/aggregados-do-solo-entenda-o-que-sao-e-por-que-a-estabilidade-importa/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

LEITE, Elizane de Araújo. **A expansão e a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas.** 2013. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista brasileira de História**, São Paulo/SP, v. 13, n. 25/26, p. 55-65, set. 1992/ago. 1993. Disponível em: [http://snh2013.anpuh.org/resources/download/1423519468\\_ARQUIVO\\_4\\_historiaoralcaminhosdescaminhos.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/download/1423519468_ARQUIVO_4_historiaoralcaminhosdescaminhos.pdf). Acesso em: 01 abr. 2019.

MOREIRA, Eduardo; CARMO, Gerson Tavares do; SOUZA, Clarissa Menezes de. A relação entre a Educação Profissional Industrial e a Educação Profissional Agrícola: a construção histórica de uma dualidade. **InterSciencePlace**, n. 2, v. 12, p. 51-73, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/645/399>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PINTEREST. **Moldura verde de folhas.** 1 imagem, color. Disponível em: <https://i.pinimg.com/236x/78/e0/aa/78e0aadd2e4a5be6a6ca69226b2cdb28.jpg>. Acesso em: 11 mai. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, vol. 5, n. 10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20caprarao%202.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

PORTAL DO HOLANDA. **Por precárias condições de prédio, aulas são suspensas no Ifam.** 19 ago. 2015. Disponível em: <https://www.portaldoholanda.com.br/policial/por-precarias-condicoes-de-predio-aulas-sao-suspensas-no-ifam>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PORTAL DO HOLANDA. **Prédio do Campus Eirunepé reformado.** [2015]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://www.portaldoholanda.com.br/policial/por-precarias-condicoes-de-predio-aulas-sao-suspensas-no-ifam>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE. **Secretaria Municipal do Meio Ambiente realiza plantio de árvores.** [2019]. 1 fotografia, color. Disponível em: [https://www.portaldoholanda.com.br/sites/default/files/imagecache//portal2014\\_fotonoticiagrande/portaldoholanda-632138-imagem-foto-amazonas.jpg](https://www.portaldoholanda.com.br/sites/default/files/imagecache//portal2014_fotonoticiagrande/portaldoholanda-632138-imagem-foto-amazonas.jpg). Acesso em: 21 mai. 2020.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, vol. 32, n. 114, p. 171-188, fev.-mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a11v32n114.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba/PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. p. 1-21. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%A9ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

RUSEN, Jörn. Narração histórica: fundações, tipos, razão. In: MALERBA, Jurandir. (org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2016. p. 45-57.

REDE TIRADENTES DE RÁDIO E TELEVISÃO. **Imersão na Floresta Amazônica une ciência, meio ambiente e arte.** [2019]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://www.redetiradentes.com.br/imersao-na-floresta-amazonica-une-ciencia-meio-ambiente-e-arte/>. Acesso em: 9 mai. 2020.

SANTOS, Manoel Tadeu Alves dos; MORILA, Ailton Pereira. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma trajetória de projeções utilitaristas e seus percalços. **Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino**, n. 4, p. 119-149, mai. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/19731/13622>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, p. 909-933, set./out. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6612/5196>. Acesso em: 08 abr. 2020.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis da Amazônia Brasileira. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, v. 12, n. 28, p. 67-84. mai./ago. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1010/493>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** – Tradução: Magda Lopes – São Paulo/SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62. Disponível em: [http://www.janduarte.com.br/textos/teoria/historia\\_baixo.pdf](http://www.janduarte.com.br/textos/teoria/historia_baixo.pdf). Acesso em: 01 abr. 2019.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; COSTA E SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar (RECEI)**, Mossoró/RN: UERN, v. 2, n. 5, p. 17-26, jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1949/1048>. Acesso em: 31 mai. 2019.

TERRA, Marlene Gomes et al. Fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricoeur como referencial metodológico numa pesquisa de ensino em enfermagem. **Acta Paul Enferm**, p.

93-99, 22 jan. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000100016&script=sci\\_abstract&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000100016&script=sci_abstract&tlang=pt). Acesso em: 06 mai. 2019.

**TRIPADVISOR. Foto de: Vitória Régia.** [2017]. 1 fotografia, color. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303235-d8311031-i139784976-Bnt\\_Ecoturismo\\_na\\_Amazonia-Manaus\\_Amazon\\_River\\_State\\_of\\_Amazonas.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303235-d8311031-i139784976-Bnt_Ecoturismo_na_Amazonia-Manaus_Amazon_River_State_of_Amazonas.html). Acesso em: 12 mai. 2020.

**VIDA NATURAL. Açaí, as plantas que curam.** [2017]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://viveravidacomendo.blogspot.com/2017/09/acaí-as-plantas-curam.html>. Acesso em: 12 mai. 2020.

XAVIER, Thays Ribeiro Torres Magalhães; FERNANDES, Natal Lânia Roque. Educação Profissional Técnica integrada ao ensino médio: considerações históricas e princípios orientadores. **Educitec**, Manaus/AM, v. 5, n. 11, p. 101-113, 2019. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/710/291>. Acesso em: 24 mar. 2020.

## ANEXO I – AUTORIA



**RENAN ROCHA DE HOLANDA SOUSA  
MESTRANDO DO ProfEPT/IFAM  
AUTOR**



**ANA CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA  
PROFESSORA DO ProfEPT/IFAM  
ORIENTADORA  
COAUTORA**

## ANEXO II – SUJEITOS QUE NARRARAM A HISTÓRIA DO CAMPUS EIRUNEPÉ DO IFAM



**RAIMAR ANTÔNIO RODRIGUES LEITÃO**  
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS  
“SEMENTE”



**LUCIANA MONTEIRO DA SILVA**  
TÉCNICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
“BORBOLETA”



**ADANILTON RABELO DE ANDRADE**  
ADMINISTRADOR  
“METAMORFOSE”



**LEANDRO AMORIM DAMASCENO**  
PROFESSOR  
“ÁRVORE”



A obra “Florestamento” histórico do *Campus Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: vultosos sujeitos que narram uma trajetória* é o produto educacional oriundo da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus Manaus Centro* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a qual resultou na dissertação de mestrado intitulada “*Campus Eirunepé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: investigação narrativa de sujeitos que contam uma trajetória histórica*”, onde foi realizada a investigação narrativa de quatro sujeitos entrevistados que relataram acerca da trajetória histórica do IFAM/*Campus Eirunepé*. Nossa objetivo neste livro é registrar esta trajetória. Para tanto, percorremos a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e no Amazonas, perpassando pelo processo de expansão da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), até o ponto de encontro com o município de Eirunepé/AM, do qual apontamos características históricas e sociais. Elaboramos o percurso histórico do *Campus Eirunepé* desde seu processo inicial de implantação até os dias atuais, apontando também quais suas expectativas futuras. Tal percurso foi alinhado a uma metáfora: a história como um processo de “florestamento”, onde os sujeitos “Semente”, “Borboleta”, “Metamorfose” e “Árvore” são membros integrantes; e foi dividido em cinco fases, denominadas: “período de inicialização – o plantio”; “período de inadequação estrutural – o solo infértil”; “período de fortalecimento da implantação – a proliferação”; “período de efetivação – o enraizamento”; “período de consolidação e reestruturação – o florestamento contínuo”. Compreendemos que nesse “florestamento contínuo” existirão outros “plantios”, outras “metamorfoses”, outros “percalços” e outros momentos de “colheita”, afinal, falamos aqui de uma “floresta viva”.

